

**LITERATURA CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO:
CAMPOS A SEREM DESVELADOS**

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, Departamento de Planejamento e Administração Escolar, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora:
Prof.^a M^º Elisângela Aparecida da Rocha

Dedico a produção destes poucos saberes à todos os lutadores e lutadoras do povo. Não teria sentido esta pesquisa se não fosse pela memória histórica e para a afirmação das lutas por outro modelo de sociedade.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, José Mario e Tereza, que sempre me apoiaram e incentivaram nos estudos.

Aos meus irmãos, Josimar, Solange e Samuel, pelas alegrias e aprendizados.

A todos os professores e professoras que desde o ensino primário até a faculdade, me apontaram os caminhos a seguir.

Aos professores/as, educadores/as do curso de especialização, pela partilha do saber.

Às coordenadoras do curso de especialização, pela dedicação e organização.

À Elisangela, orientadora, pela paciência, comprometimento e sabedoria.

Ao professor, Carlinhos Aleixo, pela disponibilidade da leitura e do parecer e também pelo seu comprometimento com a Educação Pública e de Qualidade.

A todos os amigos e amigas, de hoje e de ontem, pelo carinho, pela amizade, porque ao passar do tempo nos tornamos companheiros e companheiras, e também a aqueles e aquelas que ouviram e compartilharam a pesquisa e sua escrita.

Aos colegas do curso de especialização, pela maravilhosa convivência e por nos tornarmos também companheiros e companheiras de luta.

Creio do Educador

Creio na Educação porque humaniza, busca o novo,
É geradora de conflito, preparando para a vida.
Creio na educação,
Porque acredito no homem e na mulher
Como sujeitos de suas histórias,
Capazes de construir sempre novas relações
Creio na educação que, quando libertadora,
É caminho de transformação
Para a construção de uma nova sociedade.
Creio na educação que promove e socializa,
Que educa criticamente e democraticamente,
Levando o ser humano a conhecer a si mesmo e ao outro.
Creio na educação básica do campo, porque recupera e propõe
A luta, a cultura, o trabalho, a vida e a dignidade das
trabalhadoras e dos trabalhadores de campo.
Creio na educação porque sempre terei o que aprender
E o que ensinar.
Creio na educação como processo permanente e dialético
Que acompanha o ser humano em toda sua existência.
(Adaptado do IV Cedec, 1995 - Por uma educação básica do campo)

RESUMO

A questão que nos propusemos discutir nesse trabalho é a respeito da existência ou não de uma literatura do campo. É possível dizer que os sujeitos camponeses produzem uma literatura com características próprias? Ou será ela produzida apenas nos espaços acadêmicos, pelos “letrados”? Historicamente se construiu um ideário de que o campo é o lugar do “atraso” e o espaço do progresso e da civilização está na “polis”, na cidade. Esta dicotomia não existe por acaso, porém, revela um projeto ideológico de valorização da cidade, em detrimento do campo. No mesmo sentido, literatura e história são colocadas como antagônicas, a história como “dona da verdade” e a literatura como a “não-verdade”. Entretanto, quando estudamos a literatura numa concepção histórica e social, percebemos o quanto ela é portadora da história e de uma história que não é oficial, no entanto, é a “história vista de baixo”, que retrata os vencidos, os quais não são considerados pela história oficial. Esta pesquisa monográfica teve como objetivo analisar os poemas produzidos pelos camponeses do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, da Brigada Santinho, região Noroeste do PR, com intuito de entender quais as proximidades literárias e históricas, se essa literatura revela a identidade de camponês e quais as possíveis contribuições desta, denominada aqui de “Literatura Camponesa” para a Educação do Campo, tendo como instrumento de observação e verificação a Análise do Discurso. Diante da pesquisa foi possível perceber que os poemas contam a história do povo, materializando no discurso muitos aspectos da identidade camponesa e que esta pode ser um instrumento de luta, com seu registro da história, contribuindo com a Educação do Campo.¹

Palavras-chave: Educação do Campo. Literatura. História.

¹ Obs: Visando cumprir sua função de socialização do conhecimento historicamente construído, é permitida a reprodução parcial ou total desta pesquisa, desde que citada a fonte.

RESUMEN

La cuestión que nosotros proponemos a la discusión en este trabajo tiene como tema la existencia o no de una literatura del campo. ¿Es posible decir que los sujetos campesinos producen una literatura con características propias? ¿O será ella producida apenas en los espacios académicos, por los licenciados? Históricamente se ha construido una idea de que el campo es un lugar de "retraso" y el espacio del progreso y de la civilización se queda en la "ciudad". Esta separación no existe por casualidad, pero, revela un proyecto ideológico de valorización de la ciudad en relación al campo. En este mismo sentido, literatura y historia son colocadas como opuestas, la historia como dueña de la "verdad" y la literatura como si no fuera verdad. Pero, si estudiamos la literatura dentro de una concepción histórica y social, nos damos cuenta lo cuanto la literatura tiene una historia que no es la oficial, sin embargo, es la "historia mirada desde abajo", que retrata los vencidos, los cuales no son tomados en cuenta por la historia oficial. Esta investigación monográfica tuvo como recto la análisis de las poesías producidas por los campesinos del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra, de la Brigada Santino, región Noreste de Paraná, en el sur de Brasil, con el objetivo de entender cuales son las semejanzas literarias y historias, si esta literatura revela la identidad de los campesinos y cuales posibles contribuciones de esta, llamada aquí por "Literatura Campesina" para la Educación del Campo, que tiene como herramienta de observación y verificación la Análisis del Discurso. Frente de la investigación fue posible percibir que las poesías cuentan la historia del pueblo, materializando en el discurso muchos aspectos de las identidades campesinas y que estas pueden ser una herramienta de lucha, con sus apuntes de la historia, contribuyendo a la Educación del Campo.²

Palabras-clave: Educación del Campo. Literatura. Historia.

² Obs: Buscando cumplir la función de socialización del conocimiento históricamente construido, se hace permitida la reproducción parcial o total de esta investigación, siempre cuando mencionada la fuente.

LISTA DE SIGLAS

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária

AD – Análise do Discurso

AIE – Aparelhos Ideológicos de Estados

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITEPA – Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária

LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira

MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem terra do Oeste do Paraná

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NRE – Núcleo Regional de Educação

OGM's – Organismos Geneticamente Modificados

PO – Pastoral Operária

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CAMPESINATO E EDUCAÇÃO DO CAMPO: SEUS CAMPOS E PARADIGMAS	13
2.1. MODOS DE PRODUÇÃO OU SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE	14
2.2 BREVE HISTÓRICO DO MST	17
2.2.1 A Brigada Santinho no Campesinato e seus Paradigmas	20
2.3 EDUCAÇÃO DO CAMPO X EDUCAÇÃO RURAL	26
3. LITERATURA E HISTÓRIA: RIACHOS PARALELOS	31
3.1 CONCEITOS DE LITERATURA	31
3.2 HISTÓRIA	34
3.3 HISTÓRIA TRADICIONAL X HISTÓRIA VISTA DE BAIXO, OU HISTÓRIA OFICIAL X HISTÓRIA NOVA	36
4. A LITERATURA CAMPONESA E A ARTICULAÇÃO COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO.	43
4.1 LITERATURA E DISCURSO	43
4.2. A LITERATURA CAMPONESA, DESVELANDO A HISTÓRIA	45
4.2.1. A Literatura que conta a História do Povo - Análise dos Poemas	46
CONSIDERAÇÕES	59
REFERÊNCIAS	61

1. INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2006, fizemos o teste seletivo em segunda chamada para seleção do Curso de Especialização em Educação do Campo. Para a seleção já deveríamos enviar uma proposta de pesquisa. A pesquisa foi amplamente discutida e debatida em todas as etapas do curso. Esse não poderia ser mais um investimento público para ficar juntando poeira e traça nas prateleiras das bibliotecas, mas sim ter um caráter de comprometimento em mudar alguma coisa em nossas realidades, objetivando a apropriação dos conhecimentos historicamente construídos, socializando-os, e que isso pudesse contribuir com a Educação do Campo. Uma metodologia escolhida para discussão e organização da pesquisa, que foi muito positiva, foi agrupar os temas pesquisados por eixos, fazendo debates em cada etapa, sendo o nosso eixo de pesquisa: "Identidade Camponesa".

Nesse viés de uma educação emancipadora, humanista, não havia objeto de pesquisa, mas os sujeitos da pesquisa, sendo isso extremamente significativo, uma vez que, o olhar de pesquisa seria com comprometimento da construção de uma Educação do Campo que torne os sujeitos críticos e não alienados.

No processo de pesquisa fizemos quatro visitas à Brigada Santinho, na primeira apenas conversamos com as lideranças e apresentamos a proposta da pesquisa, a qual foi muito bem acolhida. Nas três outras visitas fomos aos acampamentos e assentamentos para a coleta do material, sendo posteriormente analisados sete poemas. Além da coleta específica do material para a análise, e conversas com os camponeses e camponesas sobre a história da Brigada, fizemos uma entrevista semi-estruturada, na qual coletamos alguns dados sobre a organização local.

Neste processo foram encontrados alguns limites. Por exemplo, ser trabalhador e estudante/pesquisador foi um dos limites, pois a falta de tempo para pesquisa de campo e bibliográfica nos levou a repensar as prioridades da nossa vida e a auto-organização de cada um e cada uma. Foram feitos esforços para vencer este limite, entretanto, a sensação de querer recomeçar tudo outra vez e com mais tempo, permanece.

Outro limite que apareceu foi a dificuldade na escrita científica. Por conta do nosso envolvimento com os sujeitos da pesquisa, por estarmos inseridos nos

Movimentos Sociais, às vezes é difícil ter um olhar de “pesquisador/a”, para fazer uma análise mais científica e menos “apaixonada”, com posicionamentos políticos e ideológicos explícitos. Ressaltamos aqui, que posicionar-se não é ruim, a Educação do Campo não visa construir saberes “neutros”, entretanto, sabemos que é necessário um distanciamento do pesquisador/a dos sujeitos da pesquisa, para uma melhor análise. Mas fazemos a ressalva, que assim como Gramsci “Viver é tomar partido³.”

Neste curso, e em outros espaços, temos discutido sobre o campo e seus sujeitos, os camponeses. É importante ressaltar que o termo camponês era utilizado pelas Ligas Camponesas na década de 1950, no Nordeste do Brasil, que foi um período no qual os agricultores começaram a se organizar e lutar pela terra. Com o Golpe Militar em 1964, esse conceito foi proibido, porque conotava organização popular. Com o fim da ditadura, na década de 1980, com a ascensão dos Movimentos Sociais é que o termo camponês foi retomado.

Partindo do pressuposto de produção literária do campo, é que realizamos a pesquisa na região de Campo Mourão-PR, na “Brigada Santinho”, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, com o objetivo de pesquisar qual é a produção literária/poemas desses sujeitos camponeses, assentados e acampados, num recorte temporal entre janeiro de 2000 a junho de 2007, analisando como esses poemas estão contando/relatando a história daquele povo, como eles refletem ou não a Identidade Camponesa. Outra questão discutida foi a nomenclatura, seria possível classificar essa literatura produzida no espaço do campo, por camponeses e camponesas militantes, de “Literatura Camponesa”? E qual seria o papel da “Literatura Camponesa”, na Educação do Campo?

O campo é apontado pela história tradicional como o lugar do “atraso”, afinal, para ser cidadão, o espaço historicamente privilegiado foi a cidade. Segundo Fernandes, Cerioli e Caldart (2004, p.21) “Há uma tendência dominante em nosso país, marcado por exclusões e desigualdades, de considerar a maioria da população que vive no campo como a parte atrasada e fora de lugar no almejado projeto de modernidade”. Para quebrar esse paradigma, os Movimentos Sociais do Campo e a Educação do Campo, querem resgatar a cultura e afirmar a identidade Camponesa dos indivíduos, enquanto sujeitos da própria história de campesinato.

³ GRAMSCI, Antonio. *Os indiferentes*. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1917/misc/osindiferentes.htm>. Acesso em: 05/11/2007.

Será então, que um território considerado como “atrasado”, pode produzir literatura? Ou isso é somente para alguns “iluminados”, ou que tem o “dom” de escrever bonito? Em contraposição a esse discurso, é que se justificou a necessidade da pesquisa.

O embasamento teórico e metodológico se deu através do levantamento de material/poemas e análise. Para análise dos mesmos, trabalhamos na linha de pesquisa da Literatura e História, utilizando como instrumentos de estudo a Análise do Discurso (AD), de linha francesa e o materialismo-histórico-dialético.

Para o materialismo-histórico-dialético não é possível olhar a história fragmentada, de apenas um ponto de vista, e muito menos sem perceber as contradições colocadas, analisando as causas, problematizando as situações e não apenas considerando as conseqüências, ou o que aparece superficialmente na história e nas relações sociais, e estas acontecem num plano material e não apenas ideal. Ou seja, fizemos as análises na perspectiva da “história vista de baixo”, do povo que conta sua própria história.

A escritura deste trabalho foi organizada em três capítulos, sendo a discussão abordada no primeiro sobre o Campesinato e seus paradigmas, no qual dizemos objetivamente que o campo do qual falamos é do camponês, é dos Movimentos Sociais e não o campo do Agronegócio. Abordando também neste capítulo um breve histórico do MST e da Brigada Santinho, discutindo posteriormente a relação da Educação do Campo X Educação Rural.

No segundo capítulo nos detemos na conceituação de literatura e história, estudando a proximidade das mesmas nas relações históricas sociais, da literatura que conta história e da história que é literatura, chamadas aqui de riachos paralelos.

No capítulo três trabalhamos a articulação da Literatura e a Educação do Campo, a partir das análises discursivas, apontando como essa “Literatura Camponesa” desvela a história de um povo marginalizado pela história oficial. Analisando a presença de três categorias nos poemas coletados: a religiosidade; a convocação e a poesia-utopia.

2. CAMPESINATO E EDUCAÇÃO DO CAMPO: SEUS CAMPOS E PARADIGMAS

O campo brasileiro, até 1.500, era povoado por seus habitantes nativos, os povos indígenas, os quais viviam em harmonia com a natureza e a terra. Depois dessa data o Brasil foi invadido⁴ por europeus que aqui buscavam as riquezas naturais que o país oferecia, como os minérios, as madeiras, as variadas espécies de plantas, etc.

Esse foi um marco divisor de águas e literalmente divisor de terras no país, houve grandes mudanças no campo e no decorrer da história, formaram-se os centros urbanos. As matas foram abertas (derrubadas e queimadas), para deixar a terra agricultável.

Dando um grande salto histórico, temos nos anos de 1970, influenciada pela Ditadura Militar, a implantação do pacote da "Revolução Verde"⁵, que tinha como proposta levar o progresso para o campo, uma vez que esse era considerado o atraso do país. Isso se deu pelo uso intensivo de produtos químicos (herbicidas, fungicidas), sementes híbridas e um grande incentivo à mecanização da terra, substituindo a força de trabalho braçal, pelas máquinas.

Já na década de 1990 e 2000, dentro de um pacote do neoliberalismo⁶, chega ao campo o mais novo e moderno modelo de agricultura – O Agrobusiness – ou Agronegócio, como o próprio nome já diz, esse é o negócio da agricultura, ou seja, a terra é para a produção de monocultura em grande escala, com o objetivo principal de exportação, sem esquecer que neste pacote vieram também os transgênicos, (OGM's - organismos geneticamente modificados), sementes que tiveram seus genes alterados. O impacto disso é muito grave, por razões de ainda não existir pesquisas confiáveis sobre quais os impactos no meio ambiente, sobre a qualidade desses alimentos alterados geneticamente e algo que é mais grave ainda, o monopólio das sementes por empresas multinacionais, pela patente da pesquisa

⁴ Invadir significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém em proveito próprio. (Morisawa, 2001, p. 132)

⁵ O pacote da "Revolução Verde" consiste no uso excessivo de adubos químicos, defensivos agrícolas (leia-se: venenos), com uma produção voltada para a exportação.

⁶ Neo, quer dizer novo, e Liberalismo se refere ao pensamento que serviu de base ao capitalismo desde seu princípio e que está baseado no individualismo e na liberdade de empresa." (Caderno nº 3, da Dívida Externa, 1993, p.29)

desenvolvida, tendo o domínio exclusivo desse saber, tornando-o propriedade privada.

Os camponeses, mesmo com a imposição desses pacotes tecnológicos, continuam resistindo no campo, pois paralelo a esses modelos agrícolas, está a agricultura orgânica, que produz sem o uso de produtos químicos, e a agroecologia, que além de produzir sem agrotóxicos, tem uma política de resgate das sementes crioulas, trabalha com a variedade de produção e produz para alimentar, não para comercializar, a não ser o excedente.

Hoje o campo brasileiro sofre um grande êxodo, principalmente da juventude. A falta de acesso à educação é um dos fatores que tem determinado essa saída, pois aqueles e aquelas jovens que decidem continuar seus estudos precisam se deslocar para os centros urbanos, uma vez que no Brasil o acesso ao ensino, principalmente o superior, no campo, é praticamente inexistente. Com raras exceções de algumas iniciativas recentes de escolas do Campo e no Campo, construídas pelos Movimentos Sociais Camponeses.

Este capítulo tem por objetivo discutir historicamente o campo, quais são as concepções e paradigmas que permeiam o mesmo, discutir a diferença entre escola rural x escola do e no campo. Para tanto é necessário compreendermos como são constituídos os períodos históricos, por exemplo, os Modos de Produção.

2.1. MODOS DE PRODUÇÃO OU SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade é constituída por períodos que sofrem alterações de tempos em tempos, que para um entendimento Marxista, são frutos do Modo de Produção Social, tendo como um dos vínculos a base econômica. Por conta disso, acreditamos ser importante fazer um breve histórico desses Sistemas de Organização da Sociedade, de como se dá a forma/modo de produção em determinados períodos, cada um com suas especificidades e peculiaridades. Ressaltamos que isso se faz necessário para uma melhor compreensão do que seja o campo hoje.

O modo de produção capitalista, o qual impera nos dias atuais, nem sempre existiu, é preciso contextualizar historicamente que antes dele, havia outros modos

de produção. A propriedade privada da terra, o espaço físico cercado, delimitado, não é algo inato ou inerente à humanidade. Nas civilizações primitivas, que se tem conhecimento, o sistema ou modo de produção, como conceitua Ostrovitianov (1988), era o “comunismo primitivo”, no qual todos trabalhavam, todos comiam e todos decidiam. Não havia domínio sobre as pessoas ou sobre a terra, eram feitas assembléias para decidir o que plantar.

Na sociedade primitiva, as atividades de trabalho dos homens baseavam-se na cooperação. Chama-se *cooperação simples*⁷ a aplicação simultânea de uma quantidade de mais ou menos grande de força de trabalho para execução de trabalhos homogêneos. A cooperação simples dava ao homem primitivo a possibilidade de executar tarefas que eram irrealizáveis para um só indivíduo, por exemplo, a caça de grandes animais selvagens. (1988, p.15).

Após o comunismo primitivo, nasce o Modo de Produção “escravagista”, quando uma tribo fazia da outra escrava, já sem direito de decisão e começando a delimitar territórios e tendo um caráter doméstico e patriarcal. A população dividia-se em homens livres e escravos. Os primeiros gozando dos direitos civis, patrimoniais e políticos, e o segundo, sem direito algum. Nesta divisão de classes nasce o Estado.

O escravo era obrigado a trabalhar sob a mais brutal violência física. Era impelido a trabalhar debaixo de chicote (...). Era marcado a fogo, para poder ser facilmente capturado, caso fugisse (...) O escravagista apropriava-se do produto total do trabalho de seus escravos e fornecia-lhes só a mínima quantidade de meios de subsistência, o suficiente para que não morressem de fome e continuassem a trabalhar. (OSTROVITIANOV, 1988, p.29).

Já na Idade Média, ao domínio de terra foi acrescentado o significado de poder, principalmente para a Igreja e o Estado, que andavam de mãos dadas. Ao redor dos castelos haviam imensas propriedades, chamadas de “feudos”, originando o nome do sistema da época de “feudalismo”, essas terras eram dos nobres-príncipes, condes, barões, etc, chamados Senhores Feudais e quem as cultivava eram os camponeses, chamados de servos, estes trabalhavam a maioria da semana para o senhor feudal, e no restante dos dias para eles próprios. “Esse sistema econômico pressupunha, necessariamente uma relação de dependência pessoal do camponês relativamente ao proprietário da terra feudal, quer dizer, uma coerção

⁷ Grifos do autor

extra-econômica.”(1988, p.44) Neste modo de produção, existiam três tipos de renda: a renda em trabalho, da força de trabalho; a renda em espécie, com a entrega de animais, frutos e cereais para os senhores feudais; e a renda em dinheiro

Numa fase posterior do feudalismo, quando a troca adquiria um desenvolvimento bastante grande, difundiu-se, cada vez mais, a *renda em dinheiro*,⁸ (...) Característica do período de decomposição do feudalismo e do aparecimento das relações capitalistas. (OSTROVITIANOV, 1988, p.46).

Com o comércio, chamado por muito tempo de indústria doméstica, os feudos mais próximos dos castelos foram crescendo, até que se espalharam por toda Europa, e começaram a formar vilas chamadas de burgos, que viraram verdadeiras cidades, sendo eles a condição para a constituição da classe burguesa. Como eram comerciantes e a base do comércio é a compra e venda, e seu sustento é o lucro obtido entre essas duas operações, muitos comerciantes que trabalhavam com mercadorias cobiçadas, logo ficaram ricos com a grande valorização das mesmas. Percebe-se nascer nesse cenário a oposição entre a terra e capital, ou lucro mercantil, entre o Feudalismo e o Capitalismo. Nisso implica também uma separação não apenas geográfica, mas econômica social e cultural, entre o campo e a cidade. Ostrovitianov aponta ainda que:

No seio da sociedade feudal foram amadurecendo, mais ou menos acabadas, as formas da economia capitalista; foi crescendo a nova classe exploradora, a classe dos capitalistas, aparecendo ao seu lado uma massa de pessoas privadas de meios de produção, os proletários. (1988, p.64).

Na atualidade (século XXI) o domínio do modo de produção está no sistema capitalista, que extrai mais-valia da força de trabalho como seu sustentáculo. No entanto, outro modo de produção já foi colocado em prática em alguns países, chamado de Socialismo, que seria o processo de transição para o Comunismo. Em Cuba o regime que ainda perdura após a Revolução de 1959, é o Socialismo. Embora pouco difundido na sociedade, este modo de produção visa o bem estar social, a não concentração de riquezas, onde não há mais proprietários privados dos

⁸ Grifos do autor

meios de produção (indústrias, grandes extensões de terras, usinas, bancos, etc), entretanto, todos esses meios de produção são controlados pelo estado popular.

No socialismo, a organização social procura atender a necessidades básicas da população: educação, saúde, emprego, moradia, etc. O estado controla, em favor da maioria do povo, a economia e a política, bem como os meios de formação e difusão ideológicos. **No Socialismo cada um recebe segundo sua capacidade e no comunismo cada um receberia segundo sua necessidade.**⁹ (Betto, 1989, p.29).

É importante ressaltar que os modos de produção acima descritos, não necessariamente ocorreram nesta ordem, visto que uma realidade, uma região difere da outra. Por exemplo, o Brasil não passou por todos esses sistemas de produção. Das comunidades indígenas, do modo de produção do comunismo primitivo, veio a imposição do capitalismo com a "invasão" do Brasil pelos europeus. Segundo Gusmán e Molina "é um erro elevar à categoria de lei universal a seqüência dos modos de produção (...) há a possibilidade de articulação entre vários modos de produção dentro de uma mesma formação econômica". (p. 41 e 42) Ou seja, não há uma linearidade, o que aconteceu foram recortes históricos pra explicar essas mudanças na sociedade.

2.2 BREVE HISTÓRICO DO MST¹⁰

Um movimento social nasce de uma necessidade concreta, em geral quando o Estado que é o órgão responsável pelo bem estar social, não responde, o povo tende a se organizar e reivindicar seus direitos. Na sociedade capitalista não há espaço de igualdade para todos, ao contrário, ela concentra renda e exclui. No aspecto da apropriação da terra no Brasil, a forma que se constitui foi da propriedade privada, que fez com que acesso à mesma fosse fortemente marcado por lutas, que em sua maioria não foram pacíficas, como a história tradicional tenta nos contar, entretanto, foram de derramamento de muito sangue, de dizimação dos

⁹ Grifos do autor

¹⁰ Neste subtítulo foi utilizada em forma de citação indireta, a seguinte referência bibliográfica: MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

povos originários, de escravização daqueles que foram trazidos e de muita exploração.

A concentração de terra e riqueza é um dos grandes problemas e causa dos conflitos agrários. Há uma pequena parcela que fica com a maior parte, e uma maioria, que fica com uma miséria, ou sem nada, começando pelas Capitânicas Hereditárias, quando o Brasil foi “fatiado”, ficando os “amigos do rei”, com grandes extensões de terra.

Retomando a história popular, na perspectiva da história vista de baixo¹¹, percebem-se as várias lutas por terra no Brasil: Resistências Indígenas; Quilombos; Canudos; Contestado; Ligas Camponesas e posteriormente uma grande repressão a essas organizações, tanto camponesas, quanto urbanas, por conta do Golpe Militar, quando os militares assumiram o governo, por meio de um golpe de estado, o qual durou 20 anos (1964-1984), tentando desmontar as organizações populares. Durante este período eles incentivaram a mecanização da agricultura, as máquinas começaram a substituir grande parte dos trabalhadores, o aumento da produção era visível, inviabilizando a concorrência com o trabalho braçal.

Em um período curto de tempo os assalariados do campo, os arrendatários, os posseiros e até mesmo aqueles que eram pequenos proprietários, foram expulsos de suas terra pelo pacote econômico e ideológico chamado “Revolução Verde”. Ao mesmo tempo eram construídas grandes hidrelétricas, como a Hidrelétrica Binacional de Itaipu, num acordo entre Brasil e Paraguai, localizada em nosso país, no estado do Paraná, que expulsou doze mil famílias de oito municípios do extremo Oeste do estado, pois para a construção eram feitas as barragens, que mais tarde inundariam áreas ribeirinhas de grande extensão.

Em decorrência disso, a CPT (Comissão Pastoral da Terra), juntamente com as Igrejas Luterana e Católica, e alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais, fundaram no Paraná, em 1980 o “Movimento Justiça e Terra”. Em 1981, havia perto de quinhentas famílias que tinham perdido suas terras, suas casas e seus empregos, devido a construção da Itaipu. Além de organizá-las, a CPT começou a cadastrar outras famílias interessadas em assentamentos no Paraná. Sob a sigla de Mastro (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná), elas formaram

¹¹ A História vista de baixo, será discutida mais profundamente no próximo capítulo.

uma espécie de regional de um movimento que posteriormente se organizou em todo o estado.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mais tarde conhecido pela sigla - MST - passou por um período de gestação de quatro anos, até seu nascimento em 1984. O embrião, no entanto, foi lançado em 07 de setembro de 1979, ainda em plena ditadura militar, quando aconteceu a ocupação da fazenda Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Muitas outras lutas, nesse estado e em todo o país, foram gerando lideranças, criando a consciência da necessidade de ampliar as buscas em torno de um objetivo: A Reforma Agrária.

Em 1984, nos dias 20, 21 e 22 de janeiro, em Cascavel-Pr, acontece o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que marca o nascimento de um Movimento Social Camponês, o MST. Além dos trabalhadores presentes de doze estados, estavam também representantes da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária), da CUT (Central única dos Trabalhadores), da CIMI (Comissão Indigenista Missionária) e PO (Pastoral Operária). Dessa articulação resultaram os passos organizativos representados pelos cinco Congressos Nacionais do MST (1985, 1990, 1995, 2000 e 2007) e pelos diversos encontros Regionais e Nacionais.

Após o 1º Congresso Nacional, o qual aconteceu em janeiro de 1985, em Curitiba-Pr, com a participação de 1.600 delegados de todo o Brasil, o MST tomou dimensões nas outras regiões do país, sendo organizado em 23 estados, pois a luta por Reforma Agrária tinha necessidade de se estender por todo o território brasileiro. Então suas palavras de ordem eram: *"Ocupar é a única Solução."*

No início do ano de 1989, no 5º Encontro Nacional, definiram-se: as normas gerais dos assentamentos; escolheu-se o Hino do MST; marcou-se a data do 2º Congresso Nacional e as novas palavras de ordem do movimento foram: *"Ocupar, resistir e produzir"*.

Hoje o MST tem 23 anos de história de luta, está organizado em quase todos os estados do território nacional, continua ocupando os latifúndios improdutivos e indo muito além da questão da terra, pois o entendimento é que só a terra não basta, é preciso lutar por moradia, por crédito, por educação. Se organizando em forma de Cooperativas, Escolas Itinerantes nos acampamentos, cursos de Técnico Agrícola, com ênfase em Agroecologia, Pedagogia da Terra, Especialização em Educação do Campo, e mais recentemente o curso de Licenciatura em Educação do Campo, entre outras atividades de formação.

2.2.1 A Brigada Santinho no Campesinato e seus Paradigmas

O termo “brigada”, segundo entrevista com Untenbergen (2007), “expressa um conjunto de 500 famílias que se organizam de forma autônoma dentro dos princípios e objetivos do MST”, (informação verbal),¹² ou seja, é uma forma de organização do Movimento, que delimita não necessariamente um espaço geográfico, mas preza pela composição do número de famílias e sua organicidade. A escolha do nome da Brigada é para homenagear um dos primeiros militantes do MST na região, conhecido como “companheiro Santinho”¹³. A Brigada passou a existir a partir de 2002, antes fazia parte de uma região ampliada, conhecida como região de Peabiru.

A Brigada Santinho está localizada na mesorregião centro-ocidental paranaense, mais conhecida como região noroeste. Essa área é constituída pelos municípios de Engenheiro Beltrão, Peabiru, Luiziana, Iretama, Roncador, Nova Cantu, Altamira do Paraná, Campina, Ubiratã, Juranda, Boa Esperança, Rancho Alegre, Quarto Centenário, Goioêre, Rancho Alegre do Oeste, Janiópolis, Moreira Sales, Araruna, Farol, Quinta do Sol, Fênix, Barbosa Ferraz, Corumbataí do Sul e Campo Mourão.

¹² UNTENBERGEN, Martina. **Estrutura e organização da Brigada Santinho**. Peabiru, 2007. Informação verbal.

¹³ O qual morreu durante um encontro do MST no ITEPA - Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária, em São Miguel do Iguazu – PR e como dizem, “morreu na luta”.

Figura 01 – Localização da Mesorregião Centro-Occidental Paranaense
 Fonte: COMCAM – Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão.

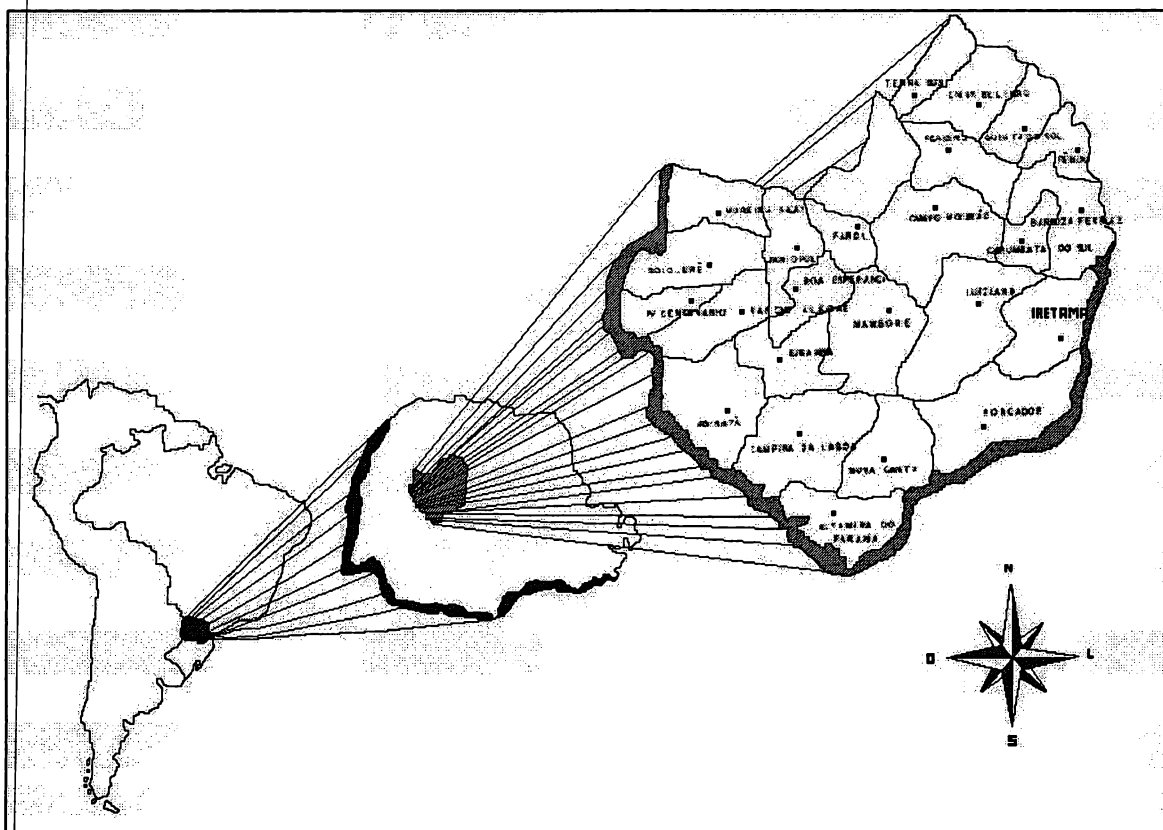
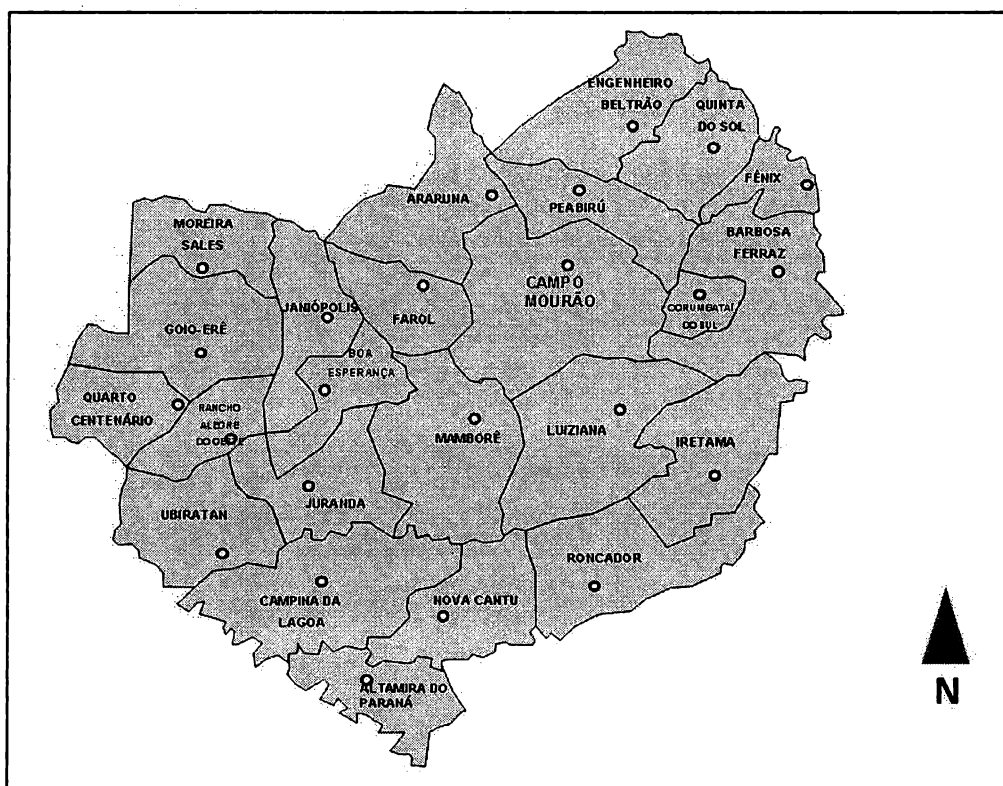


Figura 02 – Localização da Mesorregião Centro-Occidental Paranaense
 Fonte: COMCAM – Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão.



Entretanto, a presença e atuação do MST está nos municípios de: Peabiru, Luiziana, Quinta do Sol, Farol, compondo sete assentamentos: Santa Rita, Monte Alto, Luz, São João, Covo, Marajó e Roncador. Nos municípios de Barbosa Ferraz, Campina da Lagoa, Quinta do Sol e Iretama, estão dois acampamentos e quatro ocupações. O primeiro assentamento da Brigada é o Santa Rita, no município de Peabiru, o qual aconteceu em 1998. São 249 famílias assentadas na Brigada e em torno de 350 famílias acampadas.

Tanto nos espaços de assentamento, acampamento ou ocupação estão presentes as atividades culturais, que para Alves (2007):

nascem dentro do próprio acampamento/assentamento, são os bailes, fogueiras, comemoração do aniversário de alguém da família, festa nas comunidades e rodeio. A música, a roda de viola é algo natural, as músicas são aquelas coerentes com a filosofia do movimento e valoriza a cultura camponesa. (Informação verbal)¹⁴

A partir dessa fala podemos observar algumas características da cultura camponesa, assim como, também algumas contradições. Traços da cultura camponesa se revelam pelos laços familiares e de comunidade, tendo muito presente a música, entre elas, a moda de viola, que em geral é um estilo de música que fala do campo, da terra. A contradição aparece, quando o entrevistado nos relata a iniciação de uma cultura de participação em rodeio, uma vez que, essa é uma cultura que veio dos Estados Unidos, um país que se mostra extremamente autoritário e que hoje é imperialista, o que contraria o princípio socialista do MST.

Isso é um indicativo de que o sistema não mudou, apesar da Reforma Agrária a prática social continua permeada pela cultura hegemônica capitalista. Por esta razão o MST insiste que a luta deve ir além da conquista da terra, pois é necessário transformar os modos de produção. Segundo Marx, em Konder, “a vida, na sociedade capitalista, apresenta numerosas contradições e a direção necessária à superação dessa contradição, é a ascensão revolucionária do proletariado, com a criação da sociedade socialista”. (1981, p.58) Afinal, a Reforma Agrária acontece ainda dentro do sistema capitalista, o qual acaba por ter influências, ressaltando que os apontamentos feitos por Marx, são de superação das mesmas.

¹⁴ ALVES, Luís. **Estrutura e organização da Brigada Santinho**. Peabiru, 2007. Informação verbal.

A respeito do modo de produção, que também é uma construção cultural¹⁵, temos as características do campesinato presentes na forma como se cultiva a agricultura, que determina ou é determinada por alguma ideologia. Segundo informações coletadas durante a pesquisa de campo, Alves (2007) nos diz:

em alguns assentamentos há acompanhamento técnico, a produção é bem variada, existem experiências do convencional até o agroecológico. A venda de leite tem crescido bastante. Existem áreas coletivas e individuais. E o entrevistado ainda completa: o camponês resiste no campo, mesmo individualmente. (Informação verbal)¹⁶

Em entrevista com Untenbergen (2007), ela acrescenta: “que há iniciativas para industrialização de alguns produtos e discussão de um projeto para buscar recursos para instalação de uma Unidade de processamento de frutas e hortaliças.” (Informação verbal)¹⁷

A partir da pesquisa de campo, coletamos alguns elementos para discutir sobre o campesinato. Percebeu-se que uso da terra é coletivo em alguns espaços, e individual em outros; há o trabalho familiar, mesmo não ficando explícito é uma prática; e a inovação no modelo de produção com a agroecologia. Guzmán e Molina, quando falam do campesinato na Rússia, apontam que uma das características que permanece, é o uso coletivo da terra.

A propriedade era, portanto, algo coletivo que não admitia apropriação individual. O conceito de propriedade capitalista não tinha sentido para a terra dentro da cultura camponesa russa. Igualmente, “o uso da terra não pertence ao indivíduo, mas à comunidade”, é esta, portanto, que atribui a seus membros a utilização da terra para que obtenha seus meios de vida. (2005, p. 30).

E ainda ressaltam sobre a importância de outro modelo de produção, não convencional para a agricultura, sendo ele ecológico e familiar:

o conhecimento social e ecológico, o conhecimento obtido do estudo de sistemas tradicionais (...) podem se combinar para melhorar

¹⁵ Fazendo a ressalva de que para Marx, cultura é toda modificação da natureza pela intervenção humana, nesse entendimento de que o trabalho também é cultura.

¹⁶ ALVES, Luís. **Estrutura e organização da Brigada Santinho**. Peabiru, 2007. Informação verbal.

¹⁷ UNTENBERGEN, Martina. **Estrutura e organização da Brigada Santinho**. Peabiru, 2007. Informação verbal.

significativamente tanto os agroecossistemas mais tradicionais quanto os agroecossistemas mais modernos¹⁸. E sobre o trabalho familiar, acrescenta: o grau em que as relações sociais de produção da produção simples de mercadorias agrárias, está baseado nos vínculos familiares (de gênero e geração), o que permitirá suas possibilidades de continuidade. (2005, p. 69 e 70)

A caracterização do campesinato pelo trabalho familiar é algo facilmente confundido com a agricultura familiar, que tem como mão-de-obra a família, entretanto, o que difere é o objetivo da produção, que na agricultura familiar está voltado para o mercado e no campesinato está para o consumo, para o auto-sustento da família. Ou seja, tanto a agricultura familiar quanto o campesinato, possuem trabalho familiar, mas, nem toda agricultura familiar é camponesa, no entanto, toda agricultura camponesa é familiar.

Esta diferenciação dos modelos de agricultura estão inseridos na discussão dos paradigmas do campesinato. Afinal, de que campo falamos? É preciso situar a oposição do campo do campesinato e do campo do agronegócio, ficando a agricultura familiar como “intermediária”¹⁹.

O campo do campesinato está inserido na discussão da “questão agrária”, para a qual utilizaremos o conceito baseado em Stédile, “a questão agrária é o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira”, (2005, p. 15 e 16) a partir da ótica dos movimentos sociais, que mesmo nos conflitos e também por conta deles, discute um desenvolvimento sustentável ecológico, econômico e socialmente.

Ao contrário, o “capitalismo agrário”, pensa a agricultura a partir da lógica do mercado, do lucro, da extração da mais-valia, que produz em grandes quantidades, mas para exportação, sem se preocupar em sanar a fome dos milhões de miseráveis desse Brasil²⁰, sendo este um projeto de desenvolvimento *insustentável*²¹, de extinção do campesinato e conseqüentemente do camponês.

¹⁸ Os autores ao se referirem aos agroecossistemas tradicionais e modernos, estão se referindo aos modelos de agricultura de povos tradicionais, como os indígenas no Brasil e América Latina, e os modernos estão aqui conceituados como agroecológicos.

¹⁹ Grifo nosso.

²⁰ No documento, *Os pobres possuem a terra*, temos dados da produção agropecuária no Brasil e podemos observar, quem realmente produz alimento nesse país. Dados especialmente organizados por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP), com base nos dados estatísticos do Incra (cadastro 2003) e do IBGE (Censo Agropecuário 1995/1996), indicam que as pequenas propriedades, até 200

Segundo Mançano, (2004) no texto sobre a “Delimitação conceitual de campesinato”, existem três paradigmas do campesinato, sendo:

O paradigma do fim do campesinato que compreende que está em vias de extinção. O paradigma do fim do fim do campesinato entende a sua existência a partir de sua resistência. O paradigma da metamorfose do campesinato acredita na sua mudança em agricultura familiar.

Este texto nos remete a discussão do capitalismo agrário, quando o paradigma do campesinato é compreendido como sua extinção ou a metamorfose para a agricultura familiar, pois essa mudança implica política e ideologicamente na produção, que apesar de ter um trabalho familiar, pode estar diretamente ligada às empresas integradoras, com a Sadia, por exemplo, com a criação de aves e suínos, sendo seu objetivo maior o lucro da produção, mais que a subsistência familiar. Enquanto que o paradigma do fim do campesinato revela a resistência do agricultor em permanecer na terra e construir uma relação de respeito à mesma, não priorizando o lucro, a mercadoria, trazendo características do ser camponês, nesta relação. Este é um paradigma que propõe um fim na idéia de acabar com o campesinato.

No mesmo texto, Mançano nos coloca as possibilidades de recriação do campesinato, que ela pode ser dar pelo arrendamento, pela compra ou pela ocupação. Esta última é a qual está diretamente ligada a nossa pesquisa. Um dos objetivos da luta no MST é a aquisição da terra, e a forma da mesma se dá pela ocupação. Relembrando Morissawa, que “ocupar significa simplesmente, preencher um espaço vazio – no caso em questão, terras que não cumprem com sua função social²² – e fazer pressão social coletiva para aplicação da lei e a desapropriação” (2001, p.132).

hectares, são responsáveis por 55% da produção de algodão, 75% do cacau, 70% do café, 51% da laranja, 85% da banana, 74% da batata-inglesa, 78% do feijão, 99% do fumo, 60% do mamão, 92% da mandioca, 55% do milho, 76% do tomate, 61% do trigo, 97% da uva, 72% do leite, 79% dos ovos, 86% dos animais de pequeno porte e aves (2006, p. 29).

²¹ Grifos nossos.

²² Grifos do autor

2.3 EDUCAÇÃO DO CAMPO X EDUCAÇÃO RURAL

Para falar dessas concepções de educação, é necessário fazer um resgate histórico do nascimento das mesmas e seus objetivos. A Educação do Campo nasce num contexto de luta dos Movimentos Sociais. Estes surgem quando a sociedade deixa de cumprir com alguma função e/ou direito para com o povo. Diante disto os grupos se organizam para exigir aquilo que lhes foi tirado. A educação do campo bebe na fonte da educação popular, a qual nasce na América Latina, num contexto de conflitos e mudanças, no final do século XIX; nos expoentes do marxismo e do comunismo. A partir da metade do século XX a Educação Popular no Brasil é influenciada e trabalhada por meio e com a Teologia da Libertação e com o educador Paulo Freire. Nesses períodos passamos pelas tendências pedagógicas da Escola Tradicional; da Escola Nova, com o Manifesto dos Pioneiros em 1932 e pela Escola Tecnicista, que objetivava formar mão de obra barata para a indústria, que se desenvolvia a todo vapor nos anos de 1950 e 1960.

Nos anos de 1970, a educação popular foi um instrumento importante de luta, contra hegemonia da Ditadura Militar e da Revolução Verde, da “modernização” ao campo, da mecanização da terra, da expulsão dos camponeses, com o objetivo de acabar com o campesinato.

A educação formal desse período histórico no campo era a “Educação Rural”, intencionalmente construída para induzir os agricultores a adotarem o modelo da Revolução Verde, ensinando aos alunos como usar os defensivos agrícolas²³ (veneno) e convencê-los que a agricultura praticada sem essas “novidades” era um grande “atraso” para o campo e para o desenvolvimento da nação, uma vez que, seria possível produzir mais, para inclusive solucionar o problema da fome. Esse era o discurso de modernização e progresso para o campo brasileiro. Sendo que na educação era comum a Extensão Rural, o ensino seria um braço, uma extensão dos “saberes corretos, científicos”, urbanos, aos camponeses. (FREIRE, 2001)

Na área pedagógica temos também, nascida das necessidades de construir outra forma de educação, a pedagogia histórico-crítica, que reconhece o educando como sujeito da história, não como uma tábula rasa, que será depósito de

²³ Termo utilizado por muitas empresas multinacionais para amenizar o impacto da palavra “veneno” e convencer o agricultor pela linguagem/discurso que de é bom utilizar.

conhecimento. Nessa perspectiva a relação em sala de aula não é bancária²⁴, de transmissão de conhecimentos, mas é de construção coletiva.

A Educação do Campo, também nasce num contexto de lutas e disputas de projetos de sociedade. Calcada no paradigma da “questão agrária”, que se preocupa com a permanência dos sujeitos no campo, onde a produção é para sustento da família e a relação com a terra é de respeito, não de exploração. Ao contrário do paradigma do “Capitalismo Agrário”, que vê a terra e a produção como mercadoria apenas, e a intenção é de expulsar os sujeitos do campo, ficando somente aqueles que se adaptarem/adequarem ao sistema capitalista.

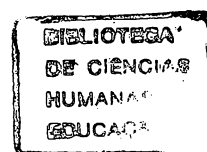
Como primeira atividade de dimensão nacional da Educação do Campo, temos em 1998 a “I Conferência nacional por uma Educação Básica do Campo”, sendo este um marco e um registro de discussão da Educação do Campo. Estas que estão pautadas em vários documentos da legislação brasileira da educação. Como a LDB - 9394/96 (Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira), que em seu artigo 28 diz:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação no trabalho na zona rural. (COLOMBO, 2004, p. 107).

Apesar de ser um avanço a criação de uma Lei nacional da educação que leva em conta o ensino para populações das zonas rurais, podemos fazer uma análise mais profunda e perceber que por três vezes aparece neste artigo, a palavra “adequação”. Isso é um indicativo de que a Educação Rural deve adaptar-se, à educação ministrada na área urbana. O ponto de partida da educação é o urbano, sendo o rural o secundário. A Educação do Campo, ao contrário quer discutir uma educação a partir da realidade e dos sujeitos. Sem negar o urbano, ou dicotomizar campo e cidade, mas trabalhando o conhecimento historicamente construído de forma mais ligada aos sujeitos, como direitos de todos.

²⁴ A educação bancária, segundo Paulo Freire, é aquela em que o aluno não sabe nada, e o professor, iluminado e detentor de todo conhecimento, vai depositá-lo em seu aluno, o qual é considerado uma vasilha vazia.



Um documento que nos traz um avanço real na discussão da Educação do Campo são as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica, nas Escolas do Campo. Um ponto a ser destacado é quando essas diretrizes falam sobre a Identidade da Escola do Campo, afinal, o que identifica essa escola?

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do país. (Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2002; p. 37 – artigo 2º parágrafo único).

Essa escola que respeita os saberes que seus educandos e educandas trazem, que tem um tempo diferente do tempo urbano, traz viva na memória a história de seu povo, é uma escola do campo, não apenas situada num espaço geográfico, de perímetro rural. Martins nos traz uma grande contribuição neste aspecto, que antes mesmo de discutir se é escola no ou do campo, é construído um enunciado na I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, que é *“Por uma educação do Campo”*.

A expressão “Por uma educação do Campo” é fruto de uma série de discussões, nas quais são envolvidos os protagonistas de fato dessa modalidade: educadores e educando do campo. Em linhas gerais, pode-se afirmar que esta expressão traz em si uma postura que assume a especificidade da educação do campo, pois rompe com a idéia de que a escola, no campo, deve ser considerada uma extensão ou um apêndice das escolas urbanas. (MARTINS, 2004, p. 67).

Mançano, também traz elementos que nos ajudam a refletir sobre essa escola quando aponta as diferenças entre a Escola do e no Campo:

enquanto escola no campo representa um modelo pedagógico ligado a uma tradição ruralista de dominação, a escola do campo representa uma proposta de construção de uma pedagogia tomando como referencia as diferentes experiências dos seus sujeitos: os povos do campo. (MANÇANO, 2002, p.98).

Arroyo tece muitas críticas às imagens que foram construídas da escolinha rural, a qual é deixada em último plano pelos governantes, quando incluídas e da ideologia criada, que para viver no campo não se necessita de muitas letras.

A imagem que sempre temos na academia, na política, nos governo é que para a escolinha rural qualquer coisa serve. Para mexer com a enxada não há necessidade de muitas letras. Para sobreviver com uns trocados, para não levar manta na feira, não há necessidade de muitas letras. Em nossa história domina a imagem de que a escola do campo tem de ser apenas a escolinha rural das primeiras letras. A escolinha cai não cai, onde uma professora que quase não sabe ler ensina alguém a quase não saber ler. (ARROYO, 2004, p. 71).

Na região de Campo Mourão, segundo dados do Núcleo Regional de Educação, nos municípios de presença do MST, existem 23 escolas municipais e 11 escolas estaduais *localizadas no campo*²⁵. Sabemos que somente a nomenclatura não garante a efetivação da proposta. Aqui o NRE ainda não se refere às escolas rurais como *do Campo*, apenas indica que a localização destas, é que é no campo. Desta forma podemos analisar que no âmbito político e pedagógico, pouco se avançou para a concretização da Educação do Campo.

Na Brigada Santinho, quando perguntamos sobre a educação, sobre o acesso à escola e se havia diferença destas escolas localizadas nas áreas rurais, para as das áreas urbanas, principalmente no aspecto metodológico, segundo Unterbergen, (2007), a resposta foi não. A única diferença seria a localização, “o que já é positivo, porque as crianças não precisam sair de seu ambiente de convívio, o campo”. (Informação verbal).²⁶ Percebemos assim, que estas escolas realmente estão apenas localizadas no campo, que há a reprodução da educação convencional, possivelmente uma educação para o mercado de trabalho e afirmação do sistema capitalista.

Esse campo, que é campo de vida, que é campo de escola, esse campo que é cultura, é festa, é música, é poesia, é também de contradições. Esse campo que produz alimentos produz também literatura, que segundo Candido (2007), em *Direitos Humanos e Literatura*, é um direito, inclusive do camponês. A educação do campo, na perspectiva da pedagogia histórico-crítica e tendo uma linha

²⁵ Grifos nossos.

²⁶ UNTERBERGEN, Martina. *Estrutura e organização da Brigada Santinho*. Peabiru, 2007. Informação verbal.

metodológica freiriana, problematiza e questiona esse modelo de sociedade, buscando as causas dos problemas, e também trabalha a partir da realidade de seus sujeitos, procurando se apropriar dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade e apropriado por poucos até hoje. Por isso a Educação do Campo não se limita no espaço escolar, é uma educação para além da escola, pois pensa e discute amplamente o campo, desde o modelo de produção, os conteúdos curriculares, a metodologia, até o projeto de sociedade que se deseja.

A literatura produzida nesse campo, será parte constitutiva dele? Será ela reflexo da história desse povo, de camponeses que vivem na e da agricultura, seja nos assentamentos ou debaixo das lonas? Esta é a discussão que faremos nos próximos capítulos.

3. LITERATURA E HISTÓRIA: RIACHOS PARALELOS

O campo sobre o qual falamos anteriormente é o campo que se solidifica no paradigma da “questão agrária”, o campo dos pequenos agricultores e agricultoras, dos camponeses e camponesas, que buscam uma educação que seja do seu chão, do seu campo, para se apropriarem do conhecimento historicamente construído e juntamente com seus cotidianos, fazerem a síntese, gerando novos saberes.

Nesse campo tem muita história e muita literatura, muita história que é literatura e muita literatura que é história. A história tradicional, em geral, conta pouco desse campo dos Movimentos Sociais, e em muitas das vezes conta sob uma visão do vencedor.

A literatura nesse contexto, de luta da Educação do Campo, se contrapõe a essa visão de cima da história, e objetiva contar, registrar a história noutra perspectiva, contando a história do povo, pelo povo.

3.1 CONCEITOS DE LITERATURA

O que é literatura? Algo que possa parecer tão óbvio, nem sempre é fácil de responder. Os conceitos a respeito de literatura não são fechados, o que por um lado dificulta a compreensão, mas por outro abre um leque de possibilidades, e não interessa para Educação do Campo ter ou construir definições fechadas, únicas, sem possibilidade de questionamentos.

Muitas vezes não nos damos conta da presença da literatura em nossas vidas. Mas ela está presente na vida de todos os povos e nações. Segundo Candido (2007):

Não há povo, e não há homem que possam viver sem ela, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma fabulação. Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabuloso.

Em uma sociedade letrada, quando pensamos em literatura, algo nos remete às historinhas do “era uma vez”, contada por nossos avós e pais, para nos encorajar a enfrentar os desafios da vida ou para nos amedrontar e não repetirmos mais

aquelas “estripulias” Outras lembranças podem ser dos contos de fadas com o famoso final, “viveram felizes para sempre”, assim como alguns romances lidos na adolescência, ou nos vem à memória as escolas literárias estudadas no ensino médio, entre outras lembranças.

O que permeia essas lembranças são as concepções de uma literatura enquanto ficção. Essa é uma definição que está cristalizada, de que a literatura é algo apenas imaginativo, ficando em um plano idealizado, ocorrendo um afastamento da realidade. Entretanto, se ela não é somente ficção, como podemos caracterizá-la? Terry Eagleton, em: *Teoria da Literatura, uma introdução*, diz que “Talvez a literatura seja definível não pelo fato de ser ficcional ou ‘imaginativa’, mas porque emprega a linguagem de forma peculiar” (2001, p.02). Ou seja, o texto literário possui características específicas, diferenciadas de outros textos. No discurso literário utilizam-se regras de coerência, facilmente identificáveis no universo da arte literária. Por exemplo, a dúvida, a incerteza e a sugestão, são normais, sendo características próprias do uso literário, porém, aparentemente, inadmissíveis no discurso histórico. Para o crítico russo Roman Jakobson essa linguagem literária representa uma “violência organizada contra a fala comum” (EAGLETON, 2001. p. 02). Tal posição está ligada ao estruturalismo e formalismo russo, que concebia a literatura pela forma e não pelo conteúdo, pois seria o conteúdo apenas uma motivação da forma literária.

Entretanto, essa quebra da regra do escrever comum, essa “estranheza” de um texto, não é garantia de que ele sempre foi literário. Para um determinado período da história, ele pode ter sido compreendido como o uso da linguagem comum, cotidiana e em outro não, pois uma peculiaridade do texto literário está justamente ligada ao aspecto temporal de sua produção, no seu aspecto de mudança e capacidade de ser compreendido à luz do momento histórico, no qual se presentifica. Textos como “Os Sermões”, de padre Antonio Vieira, quando escritos, cumpriam uma função religiosa, não parecia ter intenção o autor de fazê-los literários. Porém, hoje, alguns séculos depois, possuem uma carga semântica além do religioso, sendo considerados tanto históricos como literários. “Uma obra pode ser considerada como filosofia num século, e como literatura no século seguinte, ou vice-versa” (EAGLETON, 2001, p. 12)

Diante disso percebemos que os conceitos são construídos de acordo com a época que se está vivendo. Há mudanças de sentido na medida em que o período

histórico sofre alterações. Outro aspecto é a vida que as palavras têm, elas não são estáticas, não são mortas, segundo a poetiza paranaense Helena Kolody: "*Palavras são pássaros, voaram! Não nos pertencem mais.*" (1997, p. 76). Ou seja:

o que importa pode não ser a origem do texto, mas o modo pelo qual as pessoas o consideram. Se elas decidem que se trata de literatura, então ao que aparece, o texto será literatura, a despeito do que o seu autor tenha pensado. (EAGLETON, 2001, p. 08).

No entanto, a literatura, muito além de ser ficção/imaginação ou fruição, de possuir uma característica das belas letras, ela também exerce um papel ideológico. Quando o autor literário faz opção por descrever algum fato, ou simplesmente faz de conta que ele não existe, há um posicionamento político de ideológico marcado. A ideologia está presente em todos os setores da sociedade e sendo muito forte no sistema capitalista, como forma de fetiche.

Nessa subversão das categorias fundamentais do ser humano reside a fetichização inevitável que ocorre na sociedade capitalista. Na consciência o mundo aparece completamente diverso daquilo que na realidade ele é: aparece alterado na sua própria estrutura, deformando suas efetivas conexões. (LUKÁCS, 1965, p. 20).

A ideologia está presente na literatura "quando verificam que o escritor, para demonstrar a verdade de qualquer proposição ou justificação, violenta a realidade objetiva, deformando-a" (LUKÁCS, 1965, p. 34). Ou seja, para dizer aquilo que se quer, o escritor manipula os fatos, usando da ideologia que melhor lhe couber no momento.

A literatura, mais que a arte das belas letras, da forma bonita de escrever, a qual difere do cotidiano, mais que escrever sobre amores e desilusões, ser escritor, poeta e literato, produzir literatura é tomar partido e ser político.

Nenhum grande escritor pode se permitir permanecer indiferente em face deles (problemas do progresso e do gênero humano), nenhum grande escritor pode deixar de tomar apaixonadamente posição diante deles, se quer criar autênticos tipos, se quer atingir um profundo realismo. Sem tal tomada de posição, um escritor jamais poderá distinguir aquilo que é essencial daquilo que não é. (LUKÁCS, 1965, p. 36)

Essa idéia da importância do posicionamento político, também é discutida por Gramsci (2007), quando ele afirma que não se pode ser indiferente diante dos problemas sociais:

Odeio os indiferentes. Como Friederich Hebbel acredito que "viver significa tomar partido". Não podem existir os apenas homens, estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes.

3.2 HISTÓRIA

A história, assim como a literatura também tem seus cânones, e aquela que é elevada ao conceito de história oficial desconsidera as outras histórias, principalmente a dos "perdedores", e tem em sua gênese a "verdade absoluta", coloca-se como inquestionável. Uma concepção dialética da história nos leva a questionar que ela não é linear, como parece, ou como tentaram nos convencer que fosse, que ela é vista e vivida de várias formas diferentes, com o posicionamento do sujeito do lugar onde está, sendo um "vencedor" ou um "vencido"²⁷.

A história não revelada da luta de classes, ou contada pela ótica dos dominadores, tende a provocar um "traumatismo coletivo" que segundo Le Goff, poderia levar a um esquecimento do que realmente aconteceu, mas não é apagado por completo, e pouco a pouco retorna à memória coletiva.

Uma história lenta dos vencidos é também uma forma de oposição, de resistência à história rápida dos vencedores. (...) mesmo que transporte os despojos de um passado longínquo, ela é uma construção relativamente recente, uma reação a um traumatismo político e cultural, esta história lenta que encontramos na cultura 'popular' é, com efeito, uma espécie de anti-história, na medida em que se opõe à história ostentatória e animada dos dominadores. (2003, p. 70).

A história possui mecanismo de apagamento e silenciamento daquilo que não é do interesse da classe dominante, ou para o momento, que seja revelado. São várias as zonas de silenciamento, como alguns exemplos: a feitiçaria, a festa, a literatura popular, o camponês, entre outras. (LE GOFF, 2003, p. 109) Esta última é

²⁷ Os conceitos de vencedor e vencido serão discutidos posteriormente no subcapítulo sobre a "História Tradicional x A História vista de baixo.

a qual discutiremos mais a fundo neste trabalho, uma vez que, é o foco desta pesquisa.

Em geral a cidade é colocada em patamares acima em relação ao campo, classificando este como o lugar do “atraso”, do não desenvolvimento. As histórias contadas do campo são de um povo não letrado, do “jeca²⁸”, que não possui cultura, (cultura esta que estaria ligada aos conceitos urbanos de viver, vestir, alimentar, etc).

Se pensarmos nas escolas literárias, discutidas anteriormente, e analisadas mais pela ótica da história, observamos que no período do Romantismo (1836-1881), houve uma tentativa de descrever o Brasil e suas gentes, na primeira geração romântica, chamada de nacionalista e há nesta uma maior ênfase em descrever o campo brasileiro nos romances indianistas. Freitas diz que:

A partir da leitura de ‘como se deve escrever a história do Brasil’ me dei conta da possibilidade de reler a ficção histórica brasileira, com manifestações tão justamente destacadas no período romântico, sob a ótica de uma proposta quanto ao modo de compor uma história nacional e ao significado de fazê-lo” (1996, p. 107).

Analisando esse período numa perspectiva histórica mais “pé no chão” percebe-se o quanto essa história ficou “romântica”, o que em princípio não há nenhum problema, não fosse a romantização²⁹ das relações de poder numa perspectiva de classe, etnia e gênero. De classe, daqueles que detinham o poder da “colonização” nas mãos, os europeus, sobre os povos nativos do país, os indígenas; de etnia, quando esses brancos europeus trouxeram os africanos negros para serem escravos no Brasil e de gênero, quando esses homens brancos abusaram e exploraram as mulheres negras e indígenas.

Temos vários exemplos dessa romantização da colonização do Brasil, nos romances de José de Alencar, como a indígena Iracema, que se apaixona por um branco e morre por ele, ou o indígena Peri, que também se apaixona por uma branca, Cecília, e chega a ser batizado, para se converter ao cristianismo, ser um

²⁸ O conceito de “Jeca Tatu” foi criado por Monteiro Lobato, para designar um sujeito do campo, que é um grande exemplo de atraso, para o desenvolvimento/progresso do Brasil.

²⁹ Romantização entendida no sentido de suavizar a discriminação, o preconceito e principalmente a escravidão. Fazendo essas relações de poder e opressão parecerem naturais.

“cristão e ter alma”. Outros exemplos das relações romantizadas entre brancos e negros, segundo Marilene Weinhardt, são:

A escrava Isaura, personagem de Bernardo Guimarães no romance homônimo, era branca. Alencar escreve uma peça dramática levada à cena em 1860, intitulada *A Mãe*, em que o desfecho é trágico. Ela se envenena na hora do reconhecimento, para que ele (filho) não seja penalizado socialmente. A crítica da época foi favorável, mas colocou em destaque a questão da maternidade, não a da escravidão”. (1996, p. 112)

Essas são algumas das obras literárias do período Romântico, que para alguns críticos da época foram tidas como retratos da história do Brasil. Todavia, fazendo uma análise a partir do olhar do século XXI e de uma perspectiva enraizada numa história que não foi contada e não racista, observamos o quanto esses romances reforçaram a idéia do “bom selvagem”, da domesticação do indígena pelo europeu e do racismo existente no Brasil. O qual por um longo tempo foi muito velado pelo discurso que o somos um país plural que acolhe todo mundo e que, portanto aqui não existe racismo³⁰.

3.3 HISTÓRIA TRADICIONAL X HISTÓRIA VISTA DE BAIXO, OU HISTÓRIA OFICIAL X HISTÓRIA NOVA³¹

Para uma educação comprometida com as mudanças sociais, não é possível trabalhar literatura sem estudar também história. É preciso verificar que a história não é única, que as “verdades” que ela afirma, podem não ser absolutas, assim como, tampouco, podem não ser “verdades”, como tentaram nos convencer até hoje, mas que existem várias histórias. De acordo com Burke, em *A escrita da História*, “No paradigma tradicional, a História é objetiva. A tarefa do historiador é apresentar

³⁰ Contudo, quando essa questão foi suscitada ao debate, com o Programa de Cotas para Afro-descendentes nas Universidades e com a Lei 10.639/2003, que obriga as escolas a trabalhar História e Cultura Afro-brasileira e Africana, revelou-se o quão preconceituosa é a sociedade brasileira.

³¹ Sobre a história tradicional/oficial, Burke diz que “a história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos. Ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história. A existência dessa regra é revelada pelas reações a sua transgressão. (2001, p. 12) E a história “vista de baixo ou história nova, esta “começou a se interessar por virtualmente toda atividade humana. ‘Tudo tem história’”. (2001, p.11)

aos leitores os fatos, ou, como apontou Ranke em uma frase muito citada, dizer como eles realmente aconteceram". (2001, p. 15).

A essa história tradicional, também chamada de "oficial", aquela que é institucionalizada, que consta nos livros didáticos, a qual vem sendo escrita e contada por uma elite burguesa que a molda segundo seus interesses, fazendo a escolha dos acontecimentos e principalmente de como torná-los fato numa perspectiva vertical, olhando de cima para baixo, a qual vem se concentrando nos grandes feitos dos considerados grandes homens. "*Quando o grande escritor russo Alexandre Pushkin estava trabalhando em um relato de uma revolta de camponeses e de seu líder Pugachev, o comentário do czar Nicolau foi que 'tal homem não tem história'*". (BURKE, 1992, p. 13)

Entretanto havia sujeitos que não estavam contentes com essa visão da história vista de cima, e em 1936, o poeta e dramaturgo alemão, Bertolt Brecht, em seu poema "Perguntas de um operário que lê", questiona os mecanismos de apagamento utilizados pela história tradicional:

Quem construiu as portas de Tebas? Nos livros constam os nomes de reis. Foram eles que carregaram as rochas? E a Babilônia destruída mais uma vez – Quem a reconstruiu de novo? Quais as casas da Lima Dourada Moravam que abrigavam os pedreiros? Na noite em que terminou a muralha da China para onde foram os operários da construção?(...) Tantas histórias. Tantas perguntas. (1977, p.31).

No Brasil temos vários exemplos de como a história é contada somente pelos vencedores. De 1956 a 1960 foi construída Brasília, quando muitos operários, a maioria deles nordestinos, ergueram em apenas quatro anos a Capital Brasileira, que até então se situava no Rio de Janeiro. Esses operários não ficaram morando lá, eles não são proprietários dos prédios que construíram com "suor e sangue", literalmente, pois muitos morreram nesta construção. Este é o ponto que chama atenção, os registros que ficaram na história foram somente de alguns nomes, por exemplo, do Arquiteto Oscar Niemayer e do Presidente da República em gestão, Juscelino Kubischek, mais conhecido pela sigla JK. Este é um apontamento de como

uma parte da história passa por processos de “apagamento”. A essa História não contada, Jim Sharpe, em seu artigo, “A história vista de baixo³²”, diz que:

Tradicionalmente, a história tem sido encarada, desde os tempos clássicos, como um relato dos feitos dos grandes. O interesse na história social e econômica, mais ampla desenvolveu-se no século dezanove, mas o principal tema da história continuou sendo a revelação das opiniões políticas da elite. (1992, p.40).

A “História vista de cima” ou história tradicional, relata os acontecimentos por meio de registros escritos, possibilitando o caráter da oficialidade e é a que os livros didáticos apresentam. E a “história vista de baixo” ou popular, é a história de grande parte da humanidade, que acontece todos os dias, que não tem data fixada, que está sempre em movimento. É a história daqueles seres humanos cuja ascensão social no padrão capitalista não é das melhores, portanto, as suas histórias não são relevantes para a sociedade, estando eles à margem do sistema. Segundo Burke, “O movimento da história vista de baixo também reflete uma nova determinação para considerar mais seriamente as opiniões das pessoas comuns sobre seu próprio passado do que costumavam fazer os historiadores profissionais” (1992, p. 16)

3.4 PROXIMIDADES DE LITERATURA E HISTÓRIA

A obra literária não é uma simples representação do mundo, mas o próprio mundo em movimento. A literatura como instituição social viva, deve ser compreendida como um processo histórico que apresenta no seu material significativo, aspectos políticos, filosóficos e lingüísticos. Ao mesmo tempo em que pertence à produção isolada do escritor, reflete o seu contexto social, econômico, político, emocional, que juntamente com a experiência pessoal, constitui a ampla e instigante obra literária.

³² O Conceito de “história vista de baixo” e “história vista de cima” entrou na linguagem dos historiadores a partir da publicação do artigo de Edward Thompson “The History from below” em The Times Literary Supplement, e em 1985 foi publicado um volume de ensaios intitulado “History from Below”.

Percebe-se assim, que a literatura não está imune à ideologia, conforme discussão feita no tópico 3.1. Tanto os discursos literários quanto os históricos são permeados por alguma ideologia, visto que, não é possível a neutralidade discursiva. E a literatura por não ter um compromisso oficial com a verdade, muitas vezes, conta a história dentro de suas características próprias, revelando “verdades” não mostradas pela história oficial. Francisco Handa diz que: “Considerando-se que o campo do historiador é limitado ao relatar o que aconteceu, a literatura apresenta, por um lado, uma infinidade de histórias que preenchem o vazio deixado pela história oficial”. (2000, p.361) Ou seja, quando a história cala, a literatura fala.

O fato de nem todas as histórias serem contadas é um indicativo da existência de uma literatura que mostra as histórias escondidas, essa literatura geralmente foge da institucionalidade, daquela que está nos livros. É uma literatura que está à margem, e uma delas pode ser aquela que está no campo. Sendo produzida por aqueles sujeitos que também estão à margem da sociedade capitalista, que estão nas beiras das estradas, debaixo dos barracos de lona, se organizando e lutando para conquistar seu pedaço de terra, um dos tantos direitos que lhes foi negado. Antonio Candido (2007) aponta a existência dessa, quando diz:

A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apóia e combate, fornecendo possibilidades de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a proscrita: a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominantes.

Essa literatura da margem³³ denuncia as situações de opressão; anuncia os desejos de um povo excluído e propõe uma nova sociedade. Esta pode ser uma das funções da literatura, a literatura como instrumento de luta.

A proximidade entre literatura e história, é antiga e vem desde que o ser humano começa a utilizar meios para contar história, como as encenações das

³³ A Literatura Marginal, nasce ainda no período da Ditadura Militar, nos anos de 1970, sendo caracterizada como poesia engajada, que denuncia o modelo da sociedade atual (Jornal do Brasil, 1986). Brito, em entrevista ao Jornal “Movimento” contextualiza a Literatura Marginal, Para se entender essa literatura, suas diferenças, a idéia de vida que quer exprimir, os procedimentos estéticos de que se vale, os veículos a que recorre, e mesmo seu interesse, acho conveniente aprofundar o que significou pra vida cultural brasileira o período posterior a fins de 68, 69, os novos condicionamentos, o massacre e desorganização do movimento estudantil, o controle das informações, a despolitização gradativa e segura das paixões e das ambições, as novas formas de rebeldia que nasceram, que se manifestaram e se manifestam no plano da cultura literária. Quando uso a palavra “marginal”, geralmente estou me referindo a esse tipo de literatura. (1997, p.13)

caçadas, do período chamado de pré-histórico, em que era necessário teatralizar a aventura da caça, uma vez que a linguagem verbal ainda não era bem desenvolvida, dessa forma misturando literatura e história.

O mito, que é uma forma muito antiga de narrativa, que conta e tenta explicar simbolicamente a constituição da sociedade, é segundo Freitas, uma possibilidade de perceber essas proximidades:

O mito na sua acepção primeira – a mais antiga forma de narrativa que se tem notícia –, tinha uma temática de fundo histórico, como mostra claramente a própria definição dada à palavra pelo dicionário: “narrativa popular ou literária que coloca em cena seres sobre-humanos e ações imaginárias, nas quais são transpostos acontecimentos históricos, reais ou desejado”. (1999, p. 110)

Os limites de aproximação e distanciamento, entre literatura e história, são muito tênues, há uma fragilidade em definir essa fronteira. E conseqüentemente literatura e história se confundem. Segundo Freitas, existem duas possibilidades de entender as relações entre literatura e história: uma seria a assimilação da obra literária ao **contexto histórico** em que foi produzida, e a outra se trata da apropriação pela Literatura da **temática da História**³⁴. (1999, p. 112) A primeira sendo uma adequação da literatura ao período histórico e a segunda tem um fato histórico como temática. A respeito da segunda possibilidade de relação entre literatura e história, temos os romances históricos, por exemplo, alguns que relatam a luta por terra no Paraná: *Os dias do Demônio*, de Roberto Gomes; *Demônios do Planalto*, de Aracylto Marques; *Um amor anarquista*, de Miguel Sanches Neto e *Terra Vermelha*, de Domingos Pellegrini, entre outros. Esses contam a história vista de baixo, revelando muitos aspectos que a história tradicional tentou apagar.

Nos períodos históricos de maior agitação, há também uma maior fecundidade da literatura. Exemplos significativos são os da Revolução Francesa, no século XIX, a Revolução Russa, no início do século XX e os levantes e lutas populares na última metade do século XX na América Latina, com a violenta repressão aos grupos que questionavam os regimes militares impostos. Na medida em que a história avança, avança também a literatura, ou seja, uma está interligada com a outra.

³⁴ Grifos da autora.

O romance histórico não repete necessariamente a história, mas conta aquilo que foi omitido pela história oficial e seus significantes, retomando a perspectiva da “história vista de baixo”, pois segundo Weinhardt:

Ao romance histórico não interessa repetir o relato dos grandes acontecimentos, mas ressuscitar poeticamente os seres humanos que viveram essa experiência. Ele deve fazer com que o leitor apreenda as razões sociais e humanas que fizeram com que os homens daquele tempo e daquele espaço pensassem, sentissem e agissem da forma como o fizeram”. (1994, p. 51)

Ainda sobre o romance histórico e suas veracidades ou não, e a ideologia presente na construção histórica e/ou literária, Weinhardt afirma que:

Em vista das novas abordagens da história, a mais corriqueira pergunta diante do romance histórico – está é a verdade histórica ou não? – perdeu sua razão de ser, uma vez que todas as formas de resgate do passado são permeadas pela consciência de que a construção verbal não é o fato e não é ingênua”. (1994, p. 49)

Pensando numa educação que não fragmenta a vida nem a história dos sujeitos, podemos analisar a proximidade existente, entre Literatura e História, pois “O que sobrevive depois que o fato histórico se apaga é a literatura. A própria História é Literatura: ler história não é propriamente ler sobre eventos do passado, mas sobre o advento de sentido proveniente do passado” (LUCAS, 1985, p.55)

Literatura e história não são antagônicas, são duas necessidades humanas que caminham paralelamente, tendo muitos momentos de aproximação. Os discursos histórico e literário aproximam-se em relação ao papel que exercem, na construção ideológica de uma sociedade. A história “oficial”, contada pelos vencedores, com a exigência da veracidade, também carrega subjetividade, visto que é relatada por um sujeito, numa determinada circunstância da história, portador de um projeto ideológico e de classe.

Dessa forma, a literatura relata em algumas obras, o que o discurso histórico não contou, ou fez opção por não mencionar, retoma a história sob outra perspectiva, (re)contando-a, sem ficar condicionada a estruturas textuais, (gramaticais) pois estas podem ser em prosa ou verso, ou até mesmo na linguagem oral.

Portanto, entendemos que literatura e história são riachos que nascem na mesma montanha, que caminham lado a lado para desaguar no mar da sociedade e que em tempos de “cheias”, misturam suas águas. Ou seja, de acordo com as “cheias” sociais elas se aproximam e nas “vazantes” se distanciam.

4. A LITERATURA CAMPONESA E A ARTICULAÇÃO COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO.

O campo dos pequenos agricultores e agricultoras, permeado de lutas, de sonhos e de literatura, busca hoje, organizado pelos Movimentos Sociais Camponeses a construção de uma educação que articule os saberes populares e científicos.

Os saberes, a ciência, como já dito anteriormente, não são neutros, mas ideológicos, assim, todo signo também é ideológico, ele reflete as estruturas sociais, e dessa forma quando há uma mudança nas estruturas da sociedade, há igualmente mudança na linguagem. (Bakhtin, 2004, p. 15)

Essa literatura produzida no campo faz vários apontamentos da mudança de linguagem desde o processo de luta até a mudança das estruturas. A palavra serve como indicador dessas mudanças, pois quando o sujeito se apropria do discurso, ele passa a ter pertencimento àquela nova estrutura social.

4.1 LITERATURA E DISCURSO

A literatura é produzida pela linguagem, seja ela escrita ou oral, entrando também no campo da não neutralidade, tomando partido, não apenas no sentido estrito de partidário, mas de fazer opção por uma linha política e ideológica, por algum lado ou classe social, que veremos a seguir, como Brandão, em *Introdução à análise do discurso*, comenta sobre a intencionalidade da linguagem:

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, é um modo de produção social; ela não é neutra; inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado para manifestação da ideologia. (2004, p. 11).

Para compreendermos melhor os conceitos de língua e discurso, podemos verificar que de acordo com Cardoso, “a língua segundo vimos, é uma entidade abstrata, enquanto que discurso é um lugar de investimentos sociais, históricos,

ideológicos, psíquicos, por meio de sujeitos interagindo em situações concretas”. (2003, p.32)

A Análise do Discurso, A.D., que nasce na década de 60, do século XX, é definida inicialmente como “o estudo lingüístico das condições de produção de um enunciado.” (BRANDÃO, 2004, p. 17). Entretanto, considera também outros aspectos como: a instituição em que o discurso é produzido; por quem; para que público e com qual objetivo. O ponto de partida para análise do discurso é o seu contexto, as situações concretas de produção, considerando sempre as condições sócio-históricas e ideológicas, muito além da análise das formas gramaticais de organização do texto.

Sobre as condições de produção do discurso, segundo Cardoso, elas são “uma representação do imaginário histórico-social” (2003, p.39), assim como os protagonistas do discurso são, “representantes de lugares determinados na estrutura social: o lugar do professor, de aluno, de pai, de político, de sacerdote, etc.” (CARDOSO, 2003, p.39). Esses lugares imaginários, construídos socialmente e intencionalmente, são determinantes por parte da construção de sentido do discurso, visto que, do lugar institucional de onde se fala, predomina-se uma ideologia.³⁵

De acordo com Cardoso, citando Foucault, em *Discurso em Ensino*, o discurso é um espaço de disputa, “o espaço em que o **saber** e o **poder**³⁶ se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente”. (Cardoso, 2003, p.22) E esse discurso é endereçado a um receptor, ou alocutário, sempre se fala para alguém, seja nos discursos cotidianos, mas principalmente nos discursos institucionais. Podemos tomar como exemplo desses discursos, os AIE-Aparelhos Ideológicos de Estado, apresentados por Althusser (2001, p.68):

Designamos pelo nome de aparelhos ideológicos do Estado, um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. Propomos uma lista empírica, que deverá necessariamente ser examinada em detalhe, posta a prova, retificada e remanejada. Com todas as reservas que esta exigência acarreta podemos, pelo momento, considerar como aparelhos ideológicos do Estado as seguintes instituições (a ordem de enumeração não tem nenhum significado especial):

AIE religiosos (o sistema das diferentes Igrejas)

AIE escolar (o sistema das diferentes “escolas” públicas e privadas)

³⁵ Ideologia compreendida aqui como o pensamento hegemônico, como instrumento de dominação de classe.

³⁶ Grifos do autor

AIE familiar
 AIE político (o sistema político, os diferentes Partidos)
 AIE sindical
 AIE de informação (a imprensa, o rádio, a televisão, etc...)
 AIE cultural (Letras, Belas Artes, esportes, etc...)

Essas instituições ideológicas são criadas pela classe dominante, a qual cria meios, mecanismos, para manter e reproduzir as condições materiais e ideológicas burguesas de exploração do capitalismo, utilizando-se para isso do discurso. Na escola, que é um dos Aparelhos Ideológicos de Estado, “Aprende-se a *falar bem o idioma, a redigir bem*³⁷, o que na verdade significa (para os futuros capitalistas e seus servidores) saber *dar ordens*³⁸ isto é, (solução ideal) dirigir-se adequadamente aos operários” (Althusser, 2001, p.58). Por isso o peso da palavra, quando “o verbo se faz carne”, há uma materialização do discurso.

4.2. A LITERATURA CAMPONESA, DESVELANDO A HISTÓRIA

O campo, que historicamente tem sua história negada, por discursos que o classificam como atrasado, com sujeitos sem história, aparece neste trabalho, contrariando essas premissas. Como vimos anteriormente, o campo brasileiro é marcado por muita luta e organização popular, existindo muitos movimentos sociais camponeses. O MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, foi o movimento escolhido para esta pesquisa. Nos seus 23 anos de registro de nascimento, ele propõe a construção de uma cultura popular, resgatando e ao mesmo tempo discutindo novos valores camponeses³⁹. Nesta cultura, está a literatura, da qual iremos analisar alguns poemas coletados na pesquisa de campo.

Alfredo Bosi, ao falar sobre a poesia, no contexto do sistema capitalista, faz a seguinte consideração:

(...) a poesia parece condenada a dizer apenas aqueles resíduos de paisagem, de memória e de sonho que a indústria cultural ainda não

³⁷ Grifos do autor

³⁸ Grifos do autor

³⁹ Fazemos a ressalva, de que nem todos os considerados valores camponeses há alguns anos atrás, devem ser resgatados, como por exemplo, a relação patriarcal e machista muito presente ainda no campo.

conseguiu manipular para vender. A propaganda só “libera” o que dá lucro: a imagem do sexo, por exemplo. Cativante: cativo. Ou quererá a poesia, ingênua, concorrer com a indústria & comércio, acabando afinal por ceder-lhes as suas graças e gracinha sonoras e gráficas para que as desfrutem propagandas gratificantes? (2000, p.165)

Nem a arte, nem a poesia escapam dos interesses capitalistas. Vive-se em uma sociedade de consumo e produzir uma literatura popular, engajada e comprometida com as transformações sociais é um desafio bastante grande.

No MST a música/poema é também o espaço da memória histórica, da “re-leitura” da realidade, ou como diria Paulo Freire, “da leitura de mundo,” da mística, da força, da resistência. Existem músicas específicas para cada momento, tanto para a ocupação, o protesto e o ato público, bem como em memória aos que “tomaram” na luta e para “comunicar” qual a sociedade que se quer construir.

4.2.1. A Literatura que conta a História do Povo - Análise dos Poemas

Observar-se-á nos poemas a seguir, a relação entre literatura e história, realizando a análise de quando, como e onde a história e literatura se encontram no discurso poético e contam a história popular na perspectiva da “história vista de baixo”, fazendo dos camponeses sujeitos de sua própria história.

De acordo com Candido (2007) “As palavras organizadas são mais que a presença de um código: elas comunicam sempre alguma coisa.” O texto, Literatura e Direitos Humanos, nos provoca a refletir sobre a função de comunicação da linguagem, que vai além da decifração de um código, do decodificar. As palavras organizadas comunicam sempre alguma coisa e de várias formas, assim como também as palavras organizadas em poemas retratam uma história, uma idéia, um posicionamento do autor.

A seguir analisaremos os poemas divididos por categorias, as quais estão presentes na maioria deles e também analisaremos cada um individualmente. Sendo

as categorias da **religiosidade**, da **convocação** e da **poesia-utopia**⁴⁰, derivada da poesia-resistência, descrita por Bosi.

Para trabalhar com um grupo social, é necessário conhecer e respeitar sua cultura, costumes e tradições. No trabalho de militância nos Movimentos Sociais é muito interessante analisar como a **religiosidade** popular, as crenças, elas têm presença forte. Sendo praticamente impossível trabalhar com um grupo social, sem levar em consideração sua religiosidade. Nos poemas, *Nova Filosofia*, *Amo esta Terra* e *O Valor da Educação*, está presente o termo irmão, o qual denota os valores da religiosidade popular, que está muito mais ligada à crença num ser superior, de que numa instituição (igreja), essas manifestações religiosas acontecem independentemente da igreja.

Outro aspecto que aparece nos poemas é o tom de **convocação** para a luta, como um chamamento. Exemplos disso estão na última estrofe do poema *Amo esta Terra*.

Meu irmão se junte ao movimento, se já não agüenta mais
Crianças passando fome, sem ter o que comer
Com tanta terra aí que a gente pode trabalhar.
Vamos lá, como ficar parado vendo tanta opressão,
a nossa classe pobre toda tem que dar as mãos
Vamo arrancar na força o poder do tubarão. (bis)

Assim como também, no uso do verbo ir na 1ª pessoa do plural e no tempo presente, no poema *Amanhã cheio de Esperança*, nos versos Vamos preparar a terra (...) Vamos matar a fome da gente.

A outra categoria é **poesia-utopia**, a qual é trabalhada por Bosi, no texto *Poesia Resistência*, que é aquela que “há muito não consegue integrar-se, feliz, nos discursos correntes da sociedade” (2000, p. 165). Esta é uma categoria que retrata a indignação de um povo com as mazelas da sociedade, que retrata o sonho de mudança desta sociedade, que nos poemas analisados, traz muito forte o sonho

⁴⁰ Grifos nossos.

com a terra. Essa poesia “é o futuro antecipado pelo sentimento como o reino da justiça e da liberdade” (Bosi, 2000, p. 189).

A poesia-utopia é construída sempre numa perspectiva da coletividade, transformando a 1ª pessoa do singular (eu) na 1ª pessoa do plural (nós). Bosi ainda diz que: “o discurso da poesia utopia é comunitário, comunicante, comunista. O poema assume o destino dos oprimidos no destino de sua voz” (2000, p. 213). Ou seja, o eu-poético, é sujeito de sua própria história, ele deixa de ser observador coadjuvante, para ser protagonista.

A poesia-utopia traz em si uma negação do presente, por este ser muito ruim, muito sofrido, muito perverso, é negando o agora que se projeta e anuncia o futuro, que este seja melhor e que aconteça uma mudança de sociedade.

O poema acende o desejo de outra existência, mais livre e mais bela. E aproximando o sujeito do objeto, e o sujeito de si mesmo, o poema exerce a função de suprir o intervalo que isola os seres (...) a poesia traz, sob as espécies da figura do som, aquela realidade pela qual, ou contra a qual, vale a pena lutar. (BOSI, 2000, p. 227).

Podemos observar esses aspectos da negação e do anúncio, muito presente no poema *Boné Vermelho*, o qual se divide em dois tempos, o primeiro que é da negação e da denúncia do presente quando o eu-poético utiliza a figura de linguagem da anáfora, repetindo várias vezes o termo chega, compondo os versos: chega de jagunço; chega de pistoleiro; chega de fazendeiro; chega de ver o povo pobre; chega de ver o governo mandado pela burguesia; chega de ver a reforma agrária tratada como utopia; chega de viver com receio. O eu-poético clama por um basta na situação de violência, de medo, de insegurança, questiona o cumprimento do papel dos governantes, que não governam para o povo como um todo, mas para uma pequena parcela da sociedade. Nega-se esse presente, com intuito de denunciar essa situação.

A segunda parte do poema revela o sonho e o desejo de ter um pedaço de terra, que é muito mais que um espaço físico, delimitado por metros, alqueires ou cercas, mas é um espaço enquanto território, no qual o simbólico e a identidade de ser Sem Terra estão muito presentes. A terra é para produzir alimentos, pão, queijo e broa de centeio, condições dignas de vida, a terra não possui valor de mercadoria, mas de vida. A bandeira, que está sempre asteada, o barraco de lona e o boné

vermelho, são elementos que também compõem o cenário do território, que expressa a luta, que é o meio de realizar o sonho de ter a terra.

A identidade é fortemente marcada pelos versos: Eu sou um sem terra; Eu sou um militante, utilizando o pronome pessoal em 1ª pessoa do singular e o verbo ser no presente, caracterizando esse sujeito com os adjetivos de ser Sem Terra e ser Militante.

O sonho, o desejo pela terra é expresso no verso: Eu quero terra. Novamente utilizando o pronome pessoal em 1ª pessoa, seguido de um verbo, querer, conjugado no tempo presente e conclui o verso com o substantivo do sonho, a Terra.

No poema *Amo esta Terra*, também está presente a esperança de mudança, a utopia de uma nova sociedade, no enunciado: mas o povo há de mudar, o qual é composto da conjunção adversativa mas, que indica que da forma como está não é possível continuar, é preciso mudar, e o povo, com o verbo haver, deverá tomar consciência para fazer a transformação.

Outros aspectos serão analisados nos poemas a seguir.

NOVA FILOSOFIA (música) (Maria Madalena da Silva Lima)

- 1-Não custa dinheiro, nada custa nada
- 2-o mundo inteiro viver sonhando desde a madrugada.
- 3-Na alma da terra falta a semente
- 4-Que gera a coragem
- 5-E a esperança de nossa gente.
- 6-E quem deve pisar sobre a serpente
- 7-E voar como uma águia,
- 8-Somos nós, somos nós.
- 9-Vamos todos buscar a paz
- 10-E viver num mundo mais irmão
- 11-Porque paz é flor que nasce,
- 12-É flor que nasce de qualquer chão. (bis)

Ao analisarmos o poema, constatamos logo nos dois primeiros versos que o eu-poético se coloca em contraposição ao sistema capitalista vigente, no qual o valor econômico rege tanto os sistemas quanto as relações e, ao mesmo tempo afirma que, para sonhar, desde cedo, não custa nada.

A busca e luta pela terra para o MST, é ponto de partida e de chegada, não é por acaso que identificamos a personificação desta no terceiro verso do poema, Na alma da Terra, e, sobretudo, ao relacionar o substantivo semente, o verbo gerar e os substantivos coragem e esperança, elementos que materializam toda a história de luta dos trabalhadores.

Se nos primeiros versos há uma espécie de apresentação dos elementos que compõem essa história, nos versos 6 e 7 percebemos a presença de um questionamento sobre quem vai cumprir a tarefa de “terminar com o mal”, superar esses males/problemas, principalmente quem vai voar como uma águia, questionamento que é respondido no verso seguinte somos nós, somos nós. Ao se colocar no plural, o eu-poético assume uma postura de coletividade a qual é reforçada pela repetição do verbo ser e do pronome pessoal em terceira pessoal. A coletividade é a base dos movimentos sociais.

O poema termina em tom declamatório de convocação e busca pela paz, por um mundo melhor, sendo a paz representada na flor, Porque paz é flor que nasce, É flor que nasce em qualquer chão.

A NATUREZA ENSINA (Música) (Maria Madalena da Silva Lima)

A natureza ensina o ser humano a viver. Cada animal tem a sua função, cada planta o seu poder. Na copa de uma árvore, muitos pássaros vêm habitar, enquanto tanta gente não tem terra pra plantar.

Mas ao som de uma flauta, à serenata de um violão, à nota de um piano, eu vou cantar uma canção.

Por que o Brasil não é como uma árvore, que deixa seus galhos tão livremente para qualquer pássaro construir seu ninho ao colorido do sol poente.

Por que o Brasil não estende a sua mão e acolhe a criança que dorme na rua sem proteção evidente, para que um dia seja um ser humano consciente.

Vejo rios e montanhas, prestando abrigo a seus animais. Vejo cidades periféricas, bem ao lado das centrais. Há muita gente nesse mundo, que gostaria de gritar, porém em meio a tanta gaiola é obrigado a calar.

Mas ao som...

Por que o Brasil....

O primeiro parágrafo da poesia faz uma comparação da generosidade da árvore, que acolhe muitos pássaros em contraposição da exclusão do camponês, que não tem terra para plantar. No segundo parágrafo, a conjunção adversativa, mas, traz um sentido de contrariedade ao parágrafo anterior, quanto mesmo diante de tamanho problema, o eu-poético busca ânimo na arte, na música, para continuar.

No terceiro e quarto parágrafo, está presente o questionamento, quando utilizado o pronome interrogativo, por que, indagando por que o Brasil não é como a árvore que abriga todos os pássaros que quiserem nela pousar. Nesses parágrafos e também no último, há uma percepção dos problemas sociais pelo sujeito, o qual levanta elementos de problemas urbanos, como a criança que dorme na rua, e da desigualdade social quando vê cidades periféricas, bem ao lado das centrais. E a poesia termina com o desejo de gritar de muita gente, mas que em meio a tanta gaiola é obrigado a calar. Entretanto, os questionamentos e dúvidas continuam, ou são realmente sufocados, quando a poetiza diz: Mas ao som.... Por que o Brasil.... ?

AMO ESTA TERRA

(Luiz Alves e Márcia A. de Araújo Bonés)

01-Amo esta terra nela planto meu feijão e meu arroz

02-Nela me identifico porque nela me criei, é minha mãe.

03-Quando paro lembro, me emociono, vejo tudo o que passei

04-Depois de tanta luta e sofrimento a terra conquistei.

Meu irmão se junte ao movimento, se já não agüenta mais

Crianças passando fome, sem ter o que comer

Com tanta terra aí que a gente pode trabalhar.

Vamos lá, como ficar parado vendo tanta opressão,

a nossa classe pobre toda tem que dar as mãos

Vamo arrancar na força o poder do tubarão. (bis)

- 05-Hoje estou feliz porque eu já tenho o meu pedaço de chão,
 06-mas não fugi da luta, mas também luto porque sofre meus irmãos.
 07-Sentindo na pele a desigualdade, mas o povo há de mudar,
 08-uma sociedade onde os ricos vivem sempre a governar.

No verso 01 do poema, o eu-poético, declara o amor que tem pela terra, utilizando-se do verbo amar no tempo presente. Ele fala da terra com o conhecimento muito próximo dela, ele sabe a qual terra está se referindo quando faz uso dos pronomes demonstrativos esta e nela, relacionados à terra. Ainda neste verso o eu-poético, revela a função da terra, gerar alimentos, feijão e arroz.

No verso 02, é possível perceber a identidade e a relação de respeito e cuidado com a terra, ela é metaforizada na figura da mãe, nela me identifico porque nela me criei, é minha mãe. Os dois versos seguintes fazem a memória da história de luta, a qual vem carregada de muita emoção e sofrimento, entretanto, lutar não foi em vão, o advérbio de tempo, depois, mostra que a terra foi conquistada.

Os versos de 05 a 08 denotam a satisfação em ter conseguido um pedaço de chão, é a materialização da luta pela terra, é a concretização dos objetivos do MST. Apontam a conscientização de que a luta não pode parar mesmo depois do assentamento, da conquista, mas não fugi da luta, mas também luto porque sofre meus irmãos, pois ainda existem muitas pessoas que não conseguiram seu espaço para plantar e colher, ficando também explícita a consciência da luta de classes, sentida/vivida na pele a desigualdade social.

POR UM BRASIL SEM LATIFÚNDIO **(Luiz Alves e Márcia A. de Araújo Bonés)**

- 01-Olhares vão seguindo confiantes rumo ao horizonte,
 02-E as lágrimas clareiam pra o que a gente ainda deve conquistar.
 03-Plantando a semente da pertença dentro do peito,
 04-Levamos uma bandeira e uma história toda pra contar.

*E nem os passarinhos tão bonitos que cantam por aí,
 Não cantam tão bonito como o povo que sonhou um dia.*

Porque o nosso canto é por justiça, mesa farta e mais:

Cantamos um Brasil sem latifúndio

Um Brasil que é nós (Bis)

05-E o canto se espalha pelos cantos de todo mundo,

06-E os sonhos das famílias que caminham na mesma direção

07-Entoando a melodia da igualdade do povo pobre

08-e quem pode tapar os seus ouvidos pra uma bela canção.

Os versos 01e 02 do poema retomam a categoria da poesia-utopia, da idéia de futuro, de expectativa, quando utiliza o termo horizonte e a gente ainda deve conquistar. Nos versos 03 e 04 estão presentes a identificação e o pertencimento à terra e à luta, que é coletiva, retratada no verbo levar em 3ª pessoa e conjugado no presente. Outra marca importante que aparece é o protagonismo dos sujeitos quando eles têm uma história toda pra contar, o próprio povo constrói e conta sua história.

O refrão da música é uma comparação, de que nem a beleza do canto dos pássaros, pode ser tão bonita quanto o sonho do povo. Por que o sonho do povo tem uma intencionalidade, um objetivo, que é justiça, mesa farta e um Brasil sem latifúndio, que revela um país apropriado pela classe trabalhadora, um país sem latifúndio, com terras redistribuídas, um Brasil que é nós.

Os Versos 05 a 08, mostram o crescimento dessa luta, a irradiação do movimento pelo país, em busca da igualdade do povo pobre, da redistribuição de renda.

Boné Vermelho

(Aroldo Baltazar)

01-Chega de jagunço protegendo

02-Terra improdutiva

03-Chega de pistoleiro

04-Colocando preço por uma vida.

05-Chega de fazendeiro

06-Ganhando dinheiro com especulação

- 07-Chega de ver o povo pobre
08-Passando fome e tanta humilhação.
- 09-Chega de ver o governo
10-Mandado pela burguesia
11-Chega de ver a Reforma Agrária
12-Tratada como utopia.
- 13-Chega de viver com receio
14-Pois o medo é coisa da burguesia
15-Que cobre sua cabeça
16-E põe lá no meio.
- 17-Eu quero terra
18-E não quero terra pro recreio
19-Eu quero ter pão, queijo e broa de centeio
20-Eu quero ter cavalo, carrinho e arreo.
- 21-Eu sou um sem terra enjoado
22-Em assombração eu não creio
23-Pois na porta do meu barraco
24-A minha bandeira eu asteio.
- 25-Eu não tenho peito de aço
26-Mas agüento bombardeio
27-Meu barraco é de lona
28-Mas suporto tempo frio.
- 30-Eu sou um militante
31-E se tiver luta vou estar no meio
32-Pois o meu capacete é de pano
33-E é um boné vermelho.

Elementos deste poema ainda não analisados são: o questionamento da função social da terra, no verso 02, quando o eu-poético fala da terra improdutiva, que deveria ser desapropriada para a Reforma Agrária. A função social da terra está na Constituição Federal Brasileira de 1988.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV- exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (1988, p.208).

Nos versos 03 e 04, nos remetem a pensar sobre a violência gerada no campo pelo latifúndio. Dados do documento *Os pobres possuem a terra*, revela que:

De 1985 a 2005 ocorreram 1.063 conflitos com morte no Brasil. Foram assassinadas 1.425 pessoas entre trabalhadores, lideranças sindicais ou de movimentos, agentes de pastoral e outras pessoas que apóiam a luta e a causa dos trabalhadores (...) Uma análise apurada dos dados da CPT, realizada nos anos de 2003 e 2004, relacionando os conflitos e a violência com os números da população rural de cada estado, conclui que a violência é maior onde se dá a expansão do agronegócio. A violência cresce no rastro do agronegócio. (2006, p. 35).

No verso 18, o eu-poético faz o indicativo de que tipo de espaço de terra ele deseja, E não quero terra pro recreio, ele adverte por meio da negação de um pedaço de terra pequeno, que é o substantivo recreio, que denota um pequeno espaço entre uma atividade e outra. Não é apenas no intervalo, não é para brincar que o sujeito deseja a terra, mas para um período duradouro.

AMANHÃ CHEIO DE ESPERANÇA (Terezinha Aparecida do Prado)

01-Hoje está chovendo

02-Vamos preparar a terra

03-Fazer o plantio da semente

- 04-Para plantar e colher frutos
 05-Mesmo lá no pé da serra
 06-Vamos matar a fome da gente.
- 07-Na terra onde tinha capim e boi
 08-Hoje tem arroz, feijão, mandioca e batata
 09-E muita gente de barriga cheia
 10-E cabeça contente.
- 11-Agora só se vê criança brincando
 12-Os seus pais plantando e colhendo
 13-E vendo nos seus filhos
 14-Um amanhã cheio de esperança.
- (25-02-2007 – Assentamento Santa Rita, Peabiru)

No verso 01, o uso do advérbio de tempo, hoje, revela a marca temporal, de que o tempo é presente. Os termos, terra, plantio, sementes e frutos, mostram a natureza presente. Os versos 05 e 06 indicam que mesmo em lugares distantes, como mostra o advérbio de lugar, a convocação do povo para a luta é feita, neste caso para solucionar um problema, que é da fome, solução esta buscada de forma coletiva, pelo uso do sujeito oculto na 3ª pessoa do plural.

Nos versos 07 a 10, a poetiza faz uma análise das mudanças que ocorrem depois da Reforma Agrária, um espaço de latifúndio, de produção única, que passa a produzir uma variedade de alimentos, Na terra onde tinha capim e boi, hoje tem arroz, feijão, mandioca e batata.

Os versos 11, 12 e 13, os verbos no gerúndio, brincando, plantando, colhendo e vendo, indicam que a ação está sendo feita, é um presente contínuo. E no verso 14 está presente a idéia de futuro, com a utilização dos termos amanhã e esperança.

O VALOR DA EDUCAÇÃO (Terezinha Aparecida do Prado)

- 01-Nesta Pátria amada
 02-Chamada Brasil
 03-Tantas terras, campos afora,

- 04-Perdidos nas mãos de tão poucos.
 05-Ao ver nossos irmãos morrendo de fome
 06-É uma ingratidão
 07-Porque quantas crianças sem pão
 08-E outras não sabe o que consome.
 09-Aonde está o valor da educação
 10-Quantos irmãos sem terra
 11-Vivendo e morrendo
 12-Lutando por um pedaço de chão.

(25-02-2007, Assentamento Santa Rita, Peabiru)

A primeira estrofe deste poema faz um apontamento novamente, da má distribuição de terra neste país, Tantas terras, campos afora, perdidos nas mãos de tão poucos. Contrastando na estrofe seguinte, com a fome e a ingratidão, questionando sobre a desigualdade social, Porque quantas crianças sem pão, E outras não sabe o que consome, outras, ou tem alimentação em excesso ou também é possível a leitura de que essas crianças que tem muito não sabem o que consomem, porque desconhecem a origem dos alimentos, os quais podem ser com agrotóxicos e geneticamente modificados.

Na última estrofe, é retomado o título do poema sobre o valor da educação, seria ela que teria responsabilidade em resolver as mazelas sociais? Afinal, qual é a função da educação?

Florestan Fernandes, renomado sociólogo brasileiro, diz que “feita a revolução nas escolas, o povo a fará nas ruas”. Paulo Freire nos coloca que “a educação sozinha não muda a sociedade, e tampouco a sociedade muda, sem a educação”. Acreditamos que as duas estão estritamente ligadas. Não é possível separar uma da outra. A escola/educação, seja ela no campo ou na cidade, com quaisquer linha política escolhida, irá influenciar na formação da sociedade, assim como esta direciona que tipo de educação seus povos devem ter.

Essa literatura produzida no campo, presente nas músicas e poemas, acima analisados, promove/permite/instiga/faz com que os camponeses e camponesas se

apropriem da própria história, fazendo-os e as, protagonistas da história. São eles e elas que contam a história, da forma como escolhem e não deixam a mercê da história tradicional escolher a forma de contar, ou não contar.

Candido (2007), quando fala das literaturas em que o autor tem objetivamente a intenção de expressar sua posição diante dos problemas, diz:

Disso resulta uma literatura empenhada, em parte de posições éticas, políticas, religiosas, ou simplesmente humanísticas. São casos em que o autor tem convicção e deseja exprimi-las; ou parte de certa visão da realidade e manifesta com totalidade crítica.

Tendo essas características uma presença forte nos poemas analisados, quando o eu-poético, assume uma posição, em geral de denúncia da situação de opressão, características de uma poesia engajada, mostrando o processo de consciência, dos poetas e poetizas. Paulo Freire, na obra *Conscientização: Teoria e prática da libertação*, ao se referir ao processo de consciência e da necessidade de independência do país, diz que:

Os poetas começam a não descrever meramente seus amores perdidos – ou então, o tema do amor perdido chega a ser menos triste, mais objetivo e mais lírico -, não falam já do trabalhar do campo, como um conceito abstrato e metafísico, mas como de um homem concreto que vive uma vida concreta... (2001, p. 81).

Desta forma percebemos que essa literatura produzida no campo, faz vários apontamentos da identidade dos camponeses e camponesas, enquanto sujeitos da luta e do sonho pela terra, revelando suas histórias nos poemas, anunciando uma nova sociedade, na qual a educação do campo tem papel fundamental, sendo uma educação comprometida com os seus sujeitos (camponeses), educando para a emancipação, nunca para a alienação, sendo a Literatura Camponesa um dos instrumentos de luta.

CONSIDERAÇÕES

Durante o processo de pesquisa sentimos alguns limites, já citados na introdução, chegamos a algumas considerações e percebemos alguns desafios.

Foi possível verificar a existência de uma literatura no campo. Sendo esse campo, o campo de luta dos movimentos sociais, especificamente do MST. Essa literatura, presente nos poemas nos possibilitou analisar vários aspectos da Identidade Camponesa, que neste contexto está estritamente ligada à luta, e também a apropriação da história pelo povo.

Para afirmar que esta literatura pode ser classificada como "Literatura Camponesa", gostaríamos de ressaltar algumas características presentes nos poemas analisados, afinal, o que faz essa literatura ser *camponesa*?

São os sujeitos do campo, os camponeses que estão escrevendo, eles que muitas vezes não são letrados, ou que tiveram um acesso mínimo ao código escrito, estão tomando as rédeas da história;

Essa literatura não poderia ser classificada como *camponesa*, por conta dos sujeitos apenas estarem num espaço geográfico de campo, mas esses sujeitos viveram e vivem um processo de luta, um processo de conscientização;

Essa Literatura Camponesa, não apenas registra a história, todavia a faz na perspectiva da "história vista de baixo", o povo contando a história do povo, os "vencidos", como denominaria a história tradicional, estão contando sua própria história; eles são os protagonistas;

É uma Literatura que se articula com a Educação do Campo, quando trabalha a partir da realidade dos sujeitos, individuais e principalmente na perspectiva da coletividade. Podendo assim contribuir com a Educação do Campo, a qual objetiva trabalhar com os conhecimentos trazidos por seus sujeitos, buscando os conhecimentos historicamente construídos pela humanidade para fazer a síntese, que resultará em novos saberes;

E por fim, consideramos que esta literatura pode ser denominada de *Camponesa*, porque é um instrumento de luta, uma vez que ela faz a denúncia de uma realidade muito perversa e o anúncio de um futuro de mudanças. Pois, segundo Bakhtin, a língua é expressão das relações e lutas sociais, veiculando e sofrendo o efeito dessa luta, servindo ao mesmo tempo, de instrumento e de material." (2004,

p. 17) Ou seja, numa relação dialética ela é fruto da luta e ao mesmo tempo é instrumento para a construção da mesma.

Os desafios que percebemos, é o maior comprometimento com a Educação do Campo, especialmente das Universidades, para a formação de educadores e educadoras; uma discussão mais ampla e profunda nos Movimentos Sociais para conhecer e entender melhor a Educação do Campo e uma articulação e discussão mais pontuada na Brigada Santinho, para organização do Setor de Educação.

Para finalizar, reafirmamos que uma literatura produzida no campo, por sujeitos militantes do campo, que fala do campo, da luta, da história do povo enquanto protagonista, é uma Literatura Camponesa!

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001, 8ª edição.
- ARROYO, Miguel González. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna. (org.) **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Hucitec. 11. ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: 2004.
- BETTO, Frei. **OSPB - Uma introdução à Política Brasileira**. 11 ed. São Paulo: Ática, 1989.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 2005.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2ª ed. Revisada. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2004.
- BRECHET, Bertolt. **Antologia Poética**. Rio de Janeiro: Empresa editora Carioca Ltda, 1977.
- BRITO, Antonio Carlos Ferreira Casaco. **Jornal "Movimento"**. 12/07/1976, p.13.
- BOSI, Alfredo. **O Ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BURKE, Peter. **A escrita da História**. Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp, 2001.
- CALDART, Roseli Salete. CERIOLI, Paulo Ricardo, osfs. KOLLING, Edgar Jorge. (org) **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. Brasília – DF: 2002. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4.
- CANDIDO, Antonio. **Direitos Humanos e Literatura**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/textos_dh/literatura.html Acessado em: 03/06/07.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. **Discurso e Ensino**. 2 ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica/FALE- UFMG, 2005.

COLOMBO, Irineu. WELTER, Elton. **Educação Básica: perguntas e respostas sobre a legislação e a atividade docente**. Curitiba: Reproset Editora Gráfica, 2004.

Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, 2002.

FREIRE, Paulo. **Conscientização. Teoria e prática da libertação**. São Paulo: Centauro, 2001.

FREIRE, Paulo, **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. Trad. Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes 2001.

FREITAS, Maria Teresa de. **Romance e história**. Ponta Grossa: Uniletras, nº 11, p. 109-118, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Os indiferentes**. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1917/misc/osindiferentes.htm>. Acesso em 05/11/2007.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. MOLINA, Manuel González. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato**. Tradução Literal (de) Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HANDA, Francisco. **Discurso Histórico e Narrativa Literária**. In: Pós-História: Revista de pós-graduação em história, Unesp: Assis, 2000, nº 8, anual.

Jornal do Brasil, Caderno B/Especial, 07 de setembro de 1986.

KOLODY, Helena. **Sinfonia da Vida**. Curitiba: Posigraf, 1997.

KONDER, Leandro. **Marx Vida e Obra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LE GOFF. História. In: **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. [et al.] 5 ed. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2003.

LUCAS, Fabio. **Vanguarda, História e Ideologia da Literatura**. São Paulo: Ícone, 1985.

LUKÁCS, George. **Ensaio sobre literatura**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1965.

MANÇANO, Bernardo. **Delimitação conceitual de campesinato**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/informativos/vozes/textobernardo2.htm>>. Acesso em 25/10/2004.

MARTINS, Fernando José. **Gestão democrática e ocupação da escola: o MST e a Educação**. Porto Alegre: EST, 2004.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

O NEOLIBERALISMO. Mecanismo para fabricar mais pobres entre os pobres. Cadernos da Dívida Externa nº 03. Rio Grande do Sul: Deser, 1992.

Os pobres possuirão a terra: pronunciamento de bispos e pastores Sidonais sobre a terra/ [Xilogravuras de Paulo Couto Teixeira]. – São paulo: Paulinas; São Leopoldo, RS: Editora Sinodal, CEBi – Centro de estudos Bíblicos, 2006.

OSTROVITIANOV, K. V. **Modos de Produção Pré-Capitalistas**. São Paulo: Global, 1988.

STEDILE, João Pedro. (org.) **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1550-1960**. Douglas Estevam (assistente de pesquisa) 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

WEINHARDT, Marilene. **Considerações sobre o romance histórico**. Caderno nº 43, p. 49-59. Curitiba: Editora da UFPR, 1994.

WEINHARDT, Marilene. **Um possível sentido do diálogo literatura e história**. Caderno nº 46, p. 105-113. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.